EMPRESA NACIONAL DE
DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, EP.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano 2025

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



É com um renovado sentido de missão que apresentamos o Relatório e Contas do exercício económico de 2025. Este ano marcou um ponto de viragem para a ENDE-EP, não apenas pela transição na nova governação corporativa iniciada em Agosto, mas sobretudo pela resiliência demonstrada pela equipa da empresa, como um todo, face a um contexto macroeconómico exigente, às complexas metas de atendimento à base de clientes existentes e da necessária expansão da rede à novos clientes, através electrificação do país, bem como aos desafios da melhoria da eficiência operacional e da qualidade do serviço estratégico que é a distrbuição e comercialização de energia eléctrica.

Um vislumbre do contexto da economia nacional aponta que 2025 foi um ano de "resiliência", considerando o crescimento de 3,3% maioritariamente impulsionado pelo sector não petrolífero, que se tornou o principal motor da economia, face à redução da receita petrolífera. O cenário foi de estabilização macroeconómica, com a inflação homóloga a desacelerar para cerca de 15,7% em dezembro e a dívida pública a iniciar uma trajetória de redução, meta de 63% do PIB.

A ENDE-EP, enquanto ente à jusante do sector eléctrico público assume aqui um papel preponderante na distribuição e comercialização da energia elétrica enquanto motor fundamental do desenvolvimento económico e social de Angola, sendo indispensável para a produção, industrialização, comércio, serviços e qualidade de vida da população, sobretudo no asseguramento dos serviços básicos como saúde e educação.

Em 2025 a ENDE-EP atingiu um feito histórico ao obter, pela primeira vez, na era pós subsídios a preços, um resultado líquido do exercício cifrado em Kz 7,71 mil milhões, o que significou uma reversão de + Kz 117,57 mil milhões, face ao resultado líquido negativo atingido em 2024 de Kz 109,86 mil milhões e aumento de 27% do activo (passando de Kz 0,843 bilhões para Kz 1,07 bilhões).

Este *turnaround* resultou de um esforço conjunto e combinado desde o influxo de capital critico por parte do accionista, na ordem de Kz 23,1 mil milhões e do foco da administração e colaboradores da empresa na melhoria da qualidade do serviço, aumento das cobranças, redução dos custos e melhoria da relação com os fornecedores, consubstanciadas no aumento da disponibilidade de energia em 6,58% (carga máxima atendida), redução de 40,8% dos cortes, 8,1% nas avarias e de 20% no tempo de atendimento à reclamações. O maior salto se registou no aumento de 7,5% na base de clientes (passando de 2 081 062 para 2 238 270 clientes) e a instalação de 219 927 contadores pré-pagos, dos quais 4100 inteligentes para os clientes de média e alta tensão, o que permitiu recuperar

22% a dívida de clientes e, consequentemente, a reversão das provisões de clientes de cobrança duvidosa, na ordem de de Kz 32,7 mil milhões.

A redução das perdas técnicas e comerciais manteve se como uma prioridade estratégica transversal ao longo do ano de 2025. Foram intensificadas acções de fiscalização, regularização de ligações irregulares, modernização de equipamentos de medição e sensibilização dos consumidores. Os resultados alcançados evidenciam progressos graduais, sendo reconhecida a necessidade de soluções estruturais de médio e longo prazo.

Visando a garantia da sustentabilidade desta reversão e reestruturação da ENDE-EP, desde o início da sua gestão, o Conselho de Administração dedicou-se a um processo imersivo de *due dilligence* operacional e financeiro, aprovando o Plano Estratégico e de Negócio da ENDE-EP 2025 – 2029, definindo o objectivos estratégicos com foco nos eixos de transformação interdependentes, concebidos para garantir sustentabilidade financeira, equilíbrio económico, eficiência operacional (rigor nas cobranças e na redução de perdas), inclusão social, transformação digital e modernização tecnológica, desenvolvimento do capital humano e alavancar a cultura de desempenho.

Apesar dos marcos alcançados em 2025, a sustentabilidade económico-financeira da ENDE-EP continua dependente da melhoria da eficiência operacional, do desempenho comercial e do adequado enquadramento tarifário do sector. Pelo que, para os exercícios subsequentes, a ENDE manterá como prioridades estratégicas a redução consistente das perdas, a modernização da rede de distribuição, a melhoria da qualidade do serviço ao consumidor e o reforço da sustentabilidade financeira, reafirmando o seu compromisso com o desenvolvimento do Sector Eléctrico Angolano e com os objectivos estratégicos do Estado.

Muito obrigado

Pedro Estêvão Buca

Presidente do Conselho de Administração da ENDE-EP

1. SUMARIO EXECUTIVO

No exercício económico de 2025, o Conselho de Administração da ENDE-EP desenvolveu o seu programa de actividades num contexto desafiador em múltiplas vertentes, como a situação económico-financeira deficitária, constrangimentos e dificuldades operacionais e de gestão de pessoal, o que exigiu intervenções imediatas e estratégicas, assegurando a continuidade e estabilidade dos serviços de fornecimento de energia, mantendo o foco na segurança, fiabilidade e eficiência das operações (exploração e manutenção da rede de distribuição eléctrica e das actividades de cobrança), na credibilidade e poder de negociação junto dos parceiros.

O presente relatório apresenta o desempenho alcançado pela ENDE-EP[1] durante o exercício económico de 2025, numa perspectiva comparativa com o período anterior, destacado por domínios de actividades, os principais resultados registados, como se segue:

No Domínio dos Recursos Humanos, encerrou-se o período com um total de 5.014 trabalhadores, menos 59 em relação ao período homólogo. O fundo salarial fixou-se em Kz 50,8 mil milhões, mais 15,3% comparado ao período homólogo, fruto do enquadramento do pessoal decorrente do processo de promoção e progressão na carreira, do pagamento do 14.º de 2024 no período e da actualização dos subsídios de alimentação, transportes, renda de casa e de electricidade

Igualmente, promoveu-se 72 acções de formação (menos 29 do que 2024), beneficiando 1.164 trabalhadores (mais 462 do que 2024)

No Domínio da Segurança no Trabalho, registaram-se 40 acidentes (menos 3 do que 2024), envolvendo 41 trabalhadores (menos 4 do que 2024), sendo 9 leves (mais 3 do que 2024), 30 graves (mais 7 do que 2024) e 2 fatais (igual número em 2024).

No Domínio dos Investimentos, para o período foram projetados 53 projetos de expansão e reabilitação da rede (25 com fundos próprios e 28 externos), execução parcial de 16 obras de integração de subestações ao sistema SCADA ao Centro de Despacho de Luanda e ao de Benguela.

No Domínio da Distribuição (Exploração e Manutenção da Rede Eléctrica), a performance operacional no período caracterizou-se por um grau de atendimento de 97,9% (menos 0,1 p.p do que 2024), uma carga máxima atendida de 2.328,3 MW (mais

[1] Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, Empresa Pública.

6,58% do que 2024), 3.596 cortes parciais programados e não programados (menos 1.466 do que 2024), 1 corte geral não programado (2024 sem registo), 8.291 avarias registadas na rede (menos 673 do que 2024) e resolvidas 99,3% (mais 1,7 p.p do que 2024), 80.815 reclamações registadas (menos 2.835 do que 2024) e atendidas 93% (nemos 3,5 p.p do que 2024), um tempo médio de atendimento de 22h41min (mais 28h17min do que 2024).

No Domínio Comercial, registou-se um crescimento da base de clientes na ordem dos 7,5% (mais 155.664 clientes do que 2024), dos quais 46% possuem sistema de contagem (91,98% pré-pago). Igualmente, registou-se um aumento da energia adquirida de 96.849,21 MWh, perdas totais de 18,5% (menos 3 p.p do que 2024), um índice de cobrança de 66% (menos 1 p.p do que 2024), cobrança de cerca de 22% (6.401 MWh, mais 183% do que 2024) da dívida acumulada e aumento da dívida na ordem dos 2% (mais 493.896,31 MWh).

O arranque dos lotes 1 e 2 do projecto de montagem de contadores de pré-pagamentos aos clientes de baixa tensão, financiados pelo BAD[2] nas províncias de Luanda, Icolo e Bengo, Bengo, Malanje e Huila e do projecto de montagem de 1.260.000 de contadores inteligentes aos clientes de alto consumo, financiado pelo Banco Mundial, contribuíram para aumento da taxa de cobertura dos clientes com sistema de contagem.

No Domínio Gestão Financeira, a empresa encerrou o período com saldo de caixa positivo de Kz 16,7 mil milhões (mais 30% do que 2024). O volume de negócios situou-se em Kz 172,86 mil milhões (mais 19% do que 2024) e obteve um resultado operacional positivo de **Kz 5,49 mil milhões (Kz -102,35 mil milhões em 2024)** e um resultado líquido do exercício **de Kz 7,71 mil milhões (Kz -109,86 mil milhões em 2024)**. Igualmente, registou-se um crescimento do valor patrimonial em Kz 1,07 bilhões (mais 27% do que 2024), a redução da dívida a receber do Estado (subsídio a preços e realização do capital estatutário) em Kz 117,55 mil milhões (menos 16% do que 2024), aumento da dívida com o principal fornecedor em Kz 532,05 mil milhões (mais 14% do que 2024) e da dívida dos clientes em Kz 381,42 mil milhões (mais 17% do que 2024).

A ENDE-EP registou, no exercício económico de 2025, um resultado líquido positivo, mantendo, contudo, uma situação de capital próprio negativo, decorrente da acumulação de prejuízos de exercícios anteriores, pelo que Conselho de Administração deliberou, ***"a aplicação da totalidade do resultado líquido do exercício de 2025, no montante de Kz 7,713 mil milhões, à constituição e reforço da reserva legal e não proceder à distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2025".***

[2] Banco Africano de Desenvolvimento que prevê a montagem de 1.260.000 contadores

2. ENQUADRAMENTO

Este Relatório tem como objectivo apresentar o desempenho das actividades desenvolvidas pela ENDE-EP nos domínios dos recursos humanos, investimentos, distribuição (exploração e manutenção), comercial, gestão financeira (económico e financeiro) e outros de suporte, referentes ao Exercício Económico do Ano 2025.

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricdade, abreviadamente designada por ENDE – EP, é uma Empresa de interesse público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia e de gestão administrativa, financeira e patrimonial, rege-se pelo Estatuto orgânico que lhe foi conferido através do Decreto nº 305/14 de 20 de Novembro e pelas normas complementares e legislação aplicável as Empresas Públicas.

A Empresa tem como objecto principal a distribuição e comercialização de energia eléctrica no âmbito do Sistema Eléctrico Público (SEP), através das infra-estruturas das redes de distribuição AT, MT e BT em regime de serviço público, nos termos da Lei Geral de Electricidade e seus Regulamentos.

As actividades da ENDE-EP são realizadas com o objectivo de assegurar o cumprimento das metas definidas nos Planos Estratégicos quinquenais, instrumentos indispensáveis e orientadora para a melhoria operacional e consolidação da sustentabilidade financeira da Empresa, assentes nas suas identidades organizacionais, nomeadamente:



VISÃO

"Ser uma empresa pública de referência em África na distribuição de energia eléctrica com qualidade, sustentabilidade e impacto social positivo"



MISSÃO

"Distribuir e comercializar energia eléctrica com segurança, fiabilidade e sustentabilidade, assegurando eficiência operacional, equilíbrio económico-financeiro e excelência no atendimento ao cliente"



VALORES

1. *Transparência e Integridade:*
2. *Orientação para o Cliente:*
3. *Eficiência e Inovação:*
4. *Sustentabilidade Social e Ambiental:*
5. *Excelência Operacional.*

PRINCIPAIS PILARES DE GOVERNAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENDE-EP

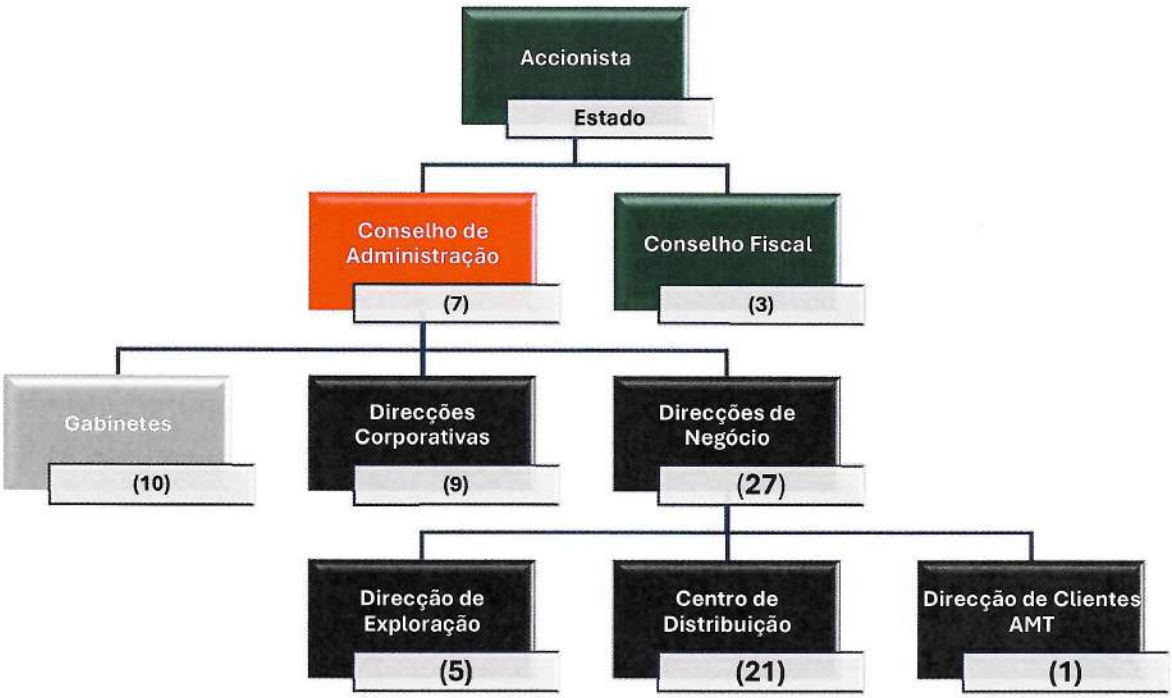
O ciclo crítico de consolidação financeira, operacional e institucional, impôs ao Conselho de Administração a necessidade de implementar de medidas concretas e estruturantes resumida em três dimensões complementares, nomeadamente:

- **Eficiência Operacional**, visando a redução de perdas técnicas e comerciais, a melhoria da cobrança e a optimização dos recursos;
- **Transformação Tecnológica e Digital**, alicerçada na automação, integração de sistemas e adopção de modelos de gestão inteligentes (smart grids);
- **Expansão da Rede e Universalização do Acesso**, assegurando a execução das metas de electrificação definidas a nível nacional.

3. MODELO DE GOVERNO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de gestão definido para a ENDE tem como objectivo conferir mais poder executivo ao Conselho de Administradores (e exclusividade nas decisões executivas) e foi definido de acordo com o seguinte figurino:

Figura 1: Estrutura do Modelo de Governação



Os primeiros 07 (sete) meses do exercício ecónomico de 2025, a gestão da ENDE-EP foi assegurada pelo Conselho de Administração, nomeado através do Despacho nº 303/24 de 17 de Dezembro, constituído por 7 Membros, sendo 5 (cinco) Executivos e 2 (dois) Não Executivos, distribuídos pelos diversos pelouros, conforme figura abaixo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CESSANTE)

Figura 2: Conselho de Administração Cessante



Por força do Despacho Presidencial n.º 201/25 de 07 de Agosto, foi dado por findo o mandato do Presidente do Conselho de Administração, Dr.º Mário Alberto Mendonça da Silva e dos Administradores Executivos, os Eng.ºs Pedro Estevão Buca e Isequiel Sebastião Manuel respectivamente, como integrantes do Conselho de Administração, nomeados através do Despacho Presidencial n.º 303/24 de 17 de Dezembro.

Com o acto de passagem de pastas realizada no dia 22 de Agosto de 2025, o Conselho de Administração da ENDE-EP, nomeado através dos Despachos Presidencial n.º 303/24 de 17 de Dezembro e n.º 203/25 de 13 de Agosto, assumiu a gestão estratégica e operacional da Empresa, contando com a composição de 7 (sete) membros, distribuídos por pelouros executivos (através do Despacho n.º 379/PCA/ENDE/2025 de 25 de Agosto), como se pode observa na figura 3:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ACTUAL)

Figura 3: Conselho de Administração em Exercício

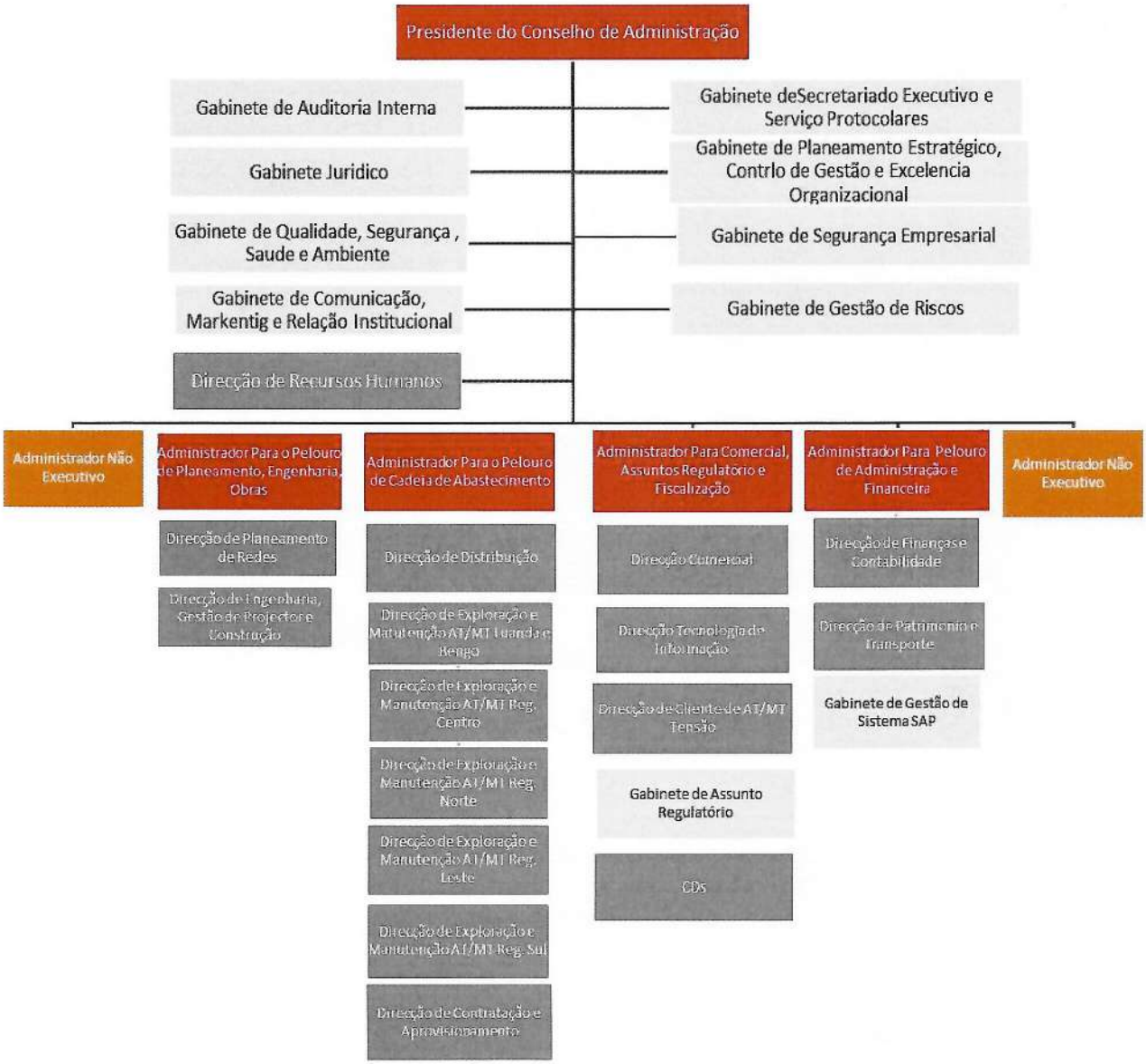


4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ENDE-EP esta alinhada com a missão e as acções estratégicas de curto médio, médio e longo prazos, com o objectivo de garantir a recuperação financeira, melhoria operacional e sustentabilidade, conforme estabelecido no Plano Estratégico e de Negócio 2025 – 2029 da ENDE-EP.

A ENDE-EP está organizada em áreas funcionais e operacionais, conforme organograma seguinte:

Figura 4: Organograma da ENDE-EP



5. DOMÍNIO DOS RECURSOS HUMANOS

As actividades neste domínio foram direccionadas a implementação da estratégia de recursos humanos, que permitiu o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, respondendo às necessidades estratégicas e operacionais da Empresa.

Igualmente, foram realizadas acções para assegurar o desenvolvimento e implementação de planos de carreira, planos de formação e planos de recrutamento adaptados às necessidades de evolução das competências dos colaboradores.

5.1 - INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

5.1.1 - QUADRO DE PESSOAL

Até ao final do ano de 2025, a Empresa contou com um total de 5.014 trabalhadores (menos 59 trabalhadores), comparando com o período homologo, distribuídos como se ilustra no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Variação do Quadro de Pessoal no período 2021 - 2025



5.1.2 - MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Para assegurar o equilíbrio e bom funcionamento das Áreas da Empresa, durante o período foram registadas várias movimentações necessárias, conforme ilustra o quadro a seguir:

Tabela 1: Movimentação Interna do Pessoal em 2025

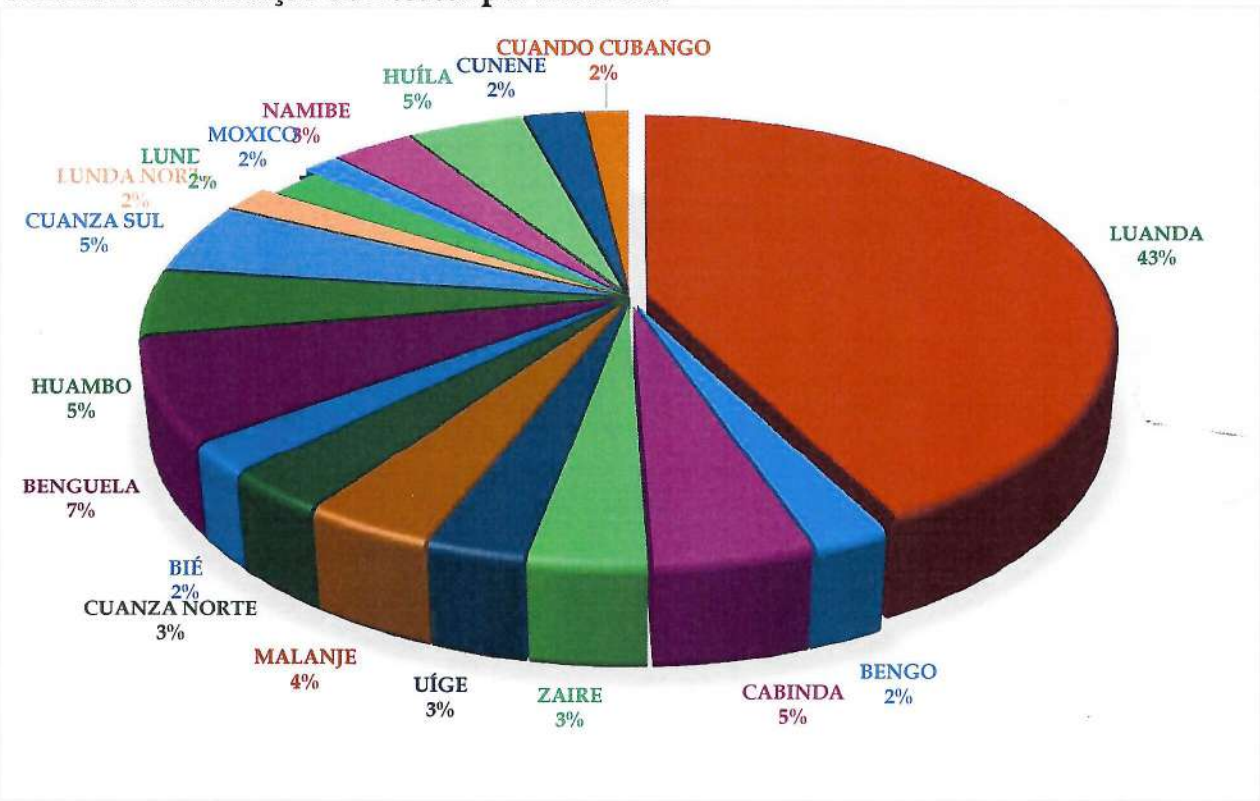
Nº	Movimentação Interna	Qtd	TA	TG	TM	TS
1	Transferências solicitadas (em transito)	82	0	3	55	24
2	Transferências Autorizadas	30	0	4	17	9
3	Reformados	110	21	48	29	12
4	Retirados da base (para INSS)	1	1	0	0	0

Nº	Movimentação Interna	Qtd	TA	TG	TM	TS
5	Despedimento	0	0	0	0	0
6	Admissões	25	0	5	19	1
7	Reintegração	21	1	0	14	6
8	Falecimento (Efectivo)	26	2	5	13	6
9	Falecimento (QPS)	3	0	0	3	0
10	Falecimento (Reformado)	61	25	21	13	2
11	Enquadramento	48	0	1	11	36
12	Anulação de Enquadramento	0	0	0	0	0
13	Exoneração	80	0	0	17	63
14	Nomeação	98	0	1	29	68
Total		**585**	**50**	**88**	**220**	**227**

5.1.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR PROVÍNCIA

Durante o período em referência cerca de 43% do quadro de pessoal da Empresa encontrava-se alocada na província de Luanda, 8% na de Benguela, 5 % na de Cabinda, Cuanza Sul, Huambo e Huíla respectivamente, conforme ilustra o gráfico, abaixo:

Gráfico 2: Distribuição do Pessoal por Província



5.1.4 - DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO, TEMPO DE SERVIÇO E FAIXA ETÁRIA

Da força de trabalho activa, cerca de 22,18% corresponde ao género feminino e desta 146 (cento e quarenta e seis) ocupam cargo de gestão na Empresa. Nos mapas abaixo, segue-se a distribuição da força de trabalho activa, por faixa etária e tempo de serviço:

Tabela 2: Por Faixa-Etária

Faixa-Etária	Masculino	Feminino	Total	Peso %
18 - 24	59	14	73	1,6
25 - 29	300	74	374	8,0
30 - 34	588	182	770	16,5
35 - 39	792	253	1045	22,5
40 - 44	679	211	890	19,1
45 - 49	451	125	576	12,4
50 - 54	371	87	458	9,8
55 - 59	359	83	442	9,5
60 +	22	3	25	0,5
Total Geral	3 621	1 032	4 653	

Cerca de 68% da força de trabalho activa e jovem (18-44 anos)

Tabela 3: Por Tempo de Serviço

Antiguidade	Masculino	Feminino	Total	Peso %
Até 5 anos	906	271	1177	25,3
06 à 10	610	184	794	17,1
11 à 15	938	301	1239	26,6
16 à 20	392	116	508	10,9
21 à 25	345	84	429	9,2
26 à 30	294	45	339	7,3
31 à 35	123	26	149	3,2
35+	13	5	18	0,4
Total Geral	3 621	1 032	4 653	

Cerca de 42,36% da força tem menos de 11 anos de tempo de serviço.

5.1.5 - DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E CATEGORIAS OCUPACIONAIS

Em relação ao nível de escolaridade cerca de 60% da força de trabalho activa concluiu o segundo ciclo do ensino curricular, enquanto ao nível da categoria ocupacional, registou-se um aumento de 25% de técnicos superiores, e diminuição dos técnicos médios, administrativos e gerais, conforme espelham nas tabelas abaixo:

Tabela 4: Nível de Escolaridade

Nível Escolaridade	Masculino	Feminino	Total
Analfabetos	10	2	12
Primeiro Ciclo	935	63	998
Segundo Ciclo	2 047	740	2787
Ensino Superior	629	227	856
Total Geral	3 621	1 032	4 653

Tabela 5: Categoria Ocupacional

Categ Ocupacional	Masculino	Feminino	Total
Técnicos Superiores	640	229	869
Técnicos Médios	2 042	725	2767
Técnicos Gerais	873	38	911
Técnicos Administrativos	66	40	106
Total Geral	3 621	1 032	4 653

Tabela 6: Variação do Quadro de Pessoal por Categoria Ocupacional

Categ Ocupacional	2021	2022	2023	2024	2025	Var (%)
Técnicos Superiores	706	788	832	844	869	3,0
Técnicos Médios	2 571	2 698	2732	2835	2767	-2,4
Técnicos Gerais	1 073	1 005	983	971	911	-6,2
Técnicos Administrativos	196	165	152	132	106	-19,7
Total Geral	4 546	4 656	4 699	4 782	4 653	-2,7

5.1.6 - DISTRIBUIÇÃO POR CARGO DE GESTÃO

No período em análise 1 168 trabalhadores, exercem cargos de gestão, representando 25% da força de trabalho activo, sendo 14% do género feminino e 86% masculino conforme se espelha na tabela abaixo:

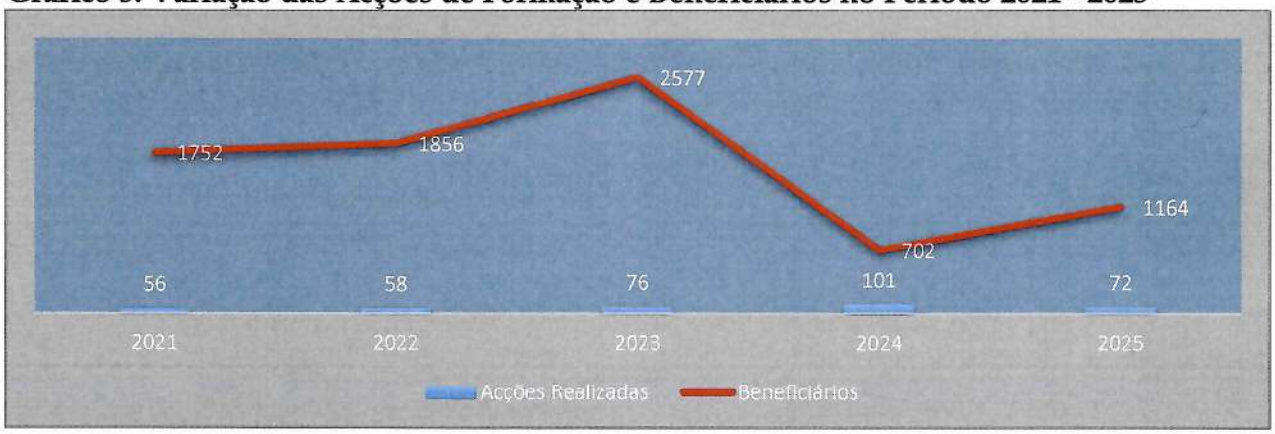
Tabela 7: Quadro de Pessoal por Categoria Ocupacional

Função	M	F	Total
Directores	56	9	65
Chefe de Departamentos	81	13	94
Chefe de Divisão	134	18	152
Chefe de Núcleo	334	62	396
Chefe de Equipa	397	64	461
Total Geral	1 002	166	1 168

5.1.7 - DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

No âmbito da capacitação e aperfeiçoamento das competências técnicas, profissionais e relações interpessoais, a ENDE-EP promoveu no período 72 acções de formações (menos 29 que o ano 2024), beneficiando 1 164 trabalhadores, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3: Variação das Acções de Formação e Beneficiários no Período 2021 - 2025



5.2 - FUNDO SALARIAL

O Fundo Salarial no período totalizou o valor de **Kz 50 847 530 548,94** (cinquenta mil milhões, oitocentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e oito Kwanzas e noventa e quatro Cêntimos), registando um incremento de 15,3% comparado com o período homólogo.

Tabela 8: Mapa Comparativo Salárial de 2024-2025

Estrutura Salarial	2024	2025	Var #
Total	44 096 364 518,64	50 847 530 248,94	6 751 165 730,30

Na estrutura remuneratória da Empresa, o salário base representa cerca de 5,3% do montante total pago no ano. Os subsídios diversos referem-se aos subsídios atribuídos pela Empresa como o de anuidade, de isenção de horário, de substituição, de acumulação de cargo, de turno, de risco, de poluição sonora, etc., conforme mapa a seguir:

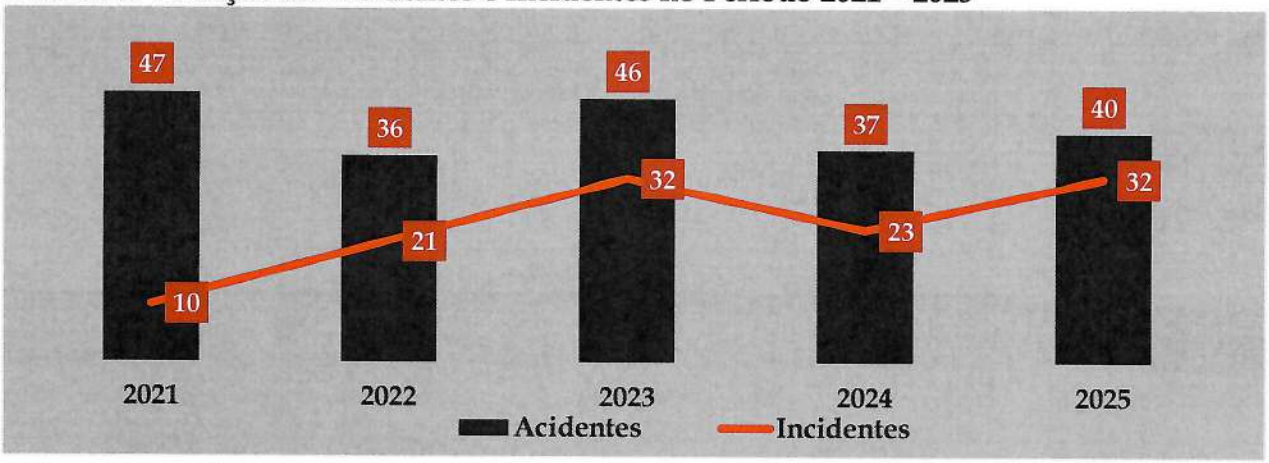
Tabela 9: Variação do Fundo Salarial no Período 2021-2025 (em Kz)

Estrutura Salarial	2021	2022	2023	2024	2025	Var % (25/24)
Salário Base Efectivo	15 791 260 852,66	18 245 973 672,64	21 492 988 784,09	23 727 650 058,69	24 975 379 194,62	5,26
Reformados	235 586 913,66	196 815 636,43	335 179 431,86	332 398 645,76	479 156 493,89	44,15
Avençados	151 921 514,11	152 580 141,05	170 013 395,33	174 307 835,05	177 746 294,38	1,97
Subsídio de Alimentação	1 548 422 400,00	1 983 455 200,00	2 023 070 000,00	2 016 360 000,00	3 322 156 000,00	64,76
Complemento de Gestão	1 112 779 080,28	1 209 396 960,32	1 647 524 192,47	2 031 686 893,02	2 055 014 125,89	1,15
Subsídio de Transporte	799 651 800,00	1 186 752 450,00	1 211 410 800,00	1 207 231 200,00	2 050 039 600,00	69,81
Subsídio de Férias	1 390 275 236,45	1 446 699 827,05	1 723 635 551,84	1 924 742 260,47	2 071 838 142,32	7,64
Subsídio de Renda de Casa	391 749 673,92	507 353 904,76	515 718 598,88	558 613 483,04	652 974 747,76	16,89
Subsídio de Electricidade	217 957 983,48	223 243 923,08	227 170 433,12	246 080 003,15	345 231 430,46	40,29
Horas Extras	385 152 986,03	553 742 728,67	686 989 753,37	796 747 467,28	786 467 292,90	-1,29
Subsídios Diversos	6 528 927 751,58	7 602 087 793,19	8 553 305 661,36	11 080 546 672,18	13 931 526 926,72	25,73
Total	28 553 686 192,17	33 308 102 237,19	38 587 006 602,32	44 096 364 518,64	50 847 530 248,94	15,31

5.3 - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o período, a Empresa registou 40 acidentes de trabalho (mais 3 que o ano 2024), envolvendo 41 trabalhadores (menos 4 que o ano 2024), resultando em 9 leves, 30 graves e 2 fatais. Registou igualmente, 32 incidentes na rede de distribuição (menos 9 que o ano 2024), envolvendo 15 vítimas (igual número que o período anterior), resultando em 8 graves e 7 fatais, conforme espelha o gráfico a seguir:

Gráfico 4: Variação dos Acidentes e Incidentes no Período 2021 – 2025



6. DOMÍNIO DOS INVESTIMENTOS

Visando a melhoria da qualidade do fornecimento de energia eléctrica, a expansão da rede de distribuição para novas áreas e garantir que a carteira de projectos seja materializada, a Empresa para além dos recursos previstos no Orçamento Geral do Estado, previu construir activos de alta, média e baixa tensão com recurso a fundos próprios.

6.1 - PROJECTOS DE REFORÇO E EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

As acções realizadas no ano de 2025, visaram na continuidade das acções de melhoria da qualidade do fornecimento de energia eléctrica, a expansão da rede de distribuição para as novas áreas.

Em 2025 foram planificados 54 projectos diversos de reforço, reabilitação e expansão da rede eléctrica dos quais 25 com recurso a financiamento próprio e 29 com recurso a financiamento externo, do total dos projectos apenas foram concluídos 8, sendo 4 com fundos próprios e 4 com fundos externos.

Tabela 10: Resumo dos Projectos de Expansão da Rede por Fonte de Financiamento

	Projectos				
Fonte de Financiamento	Concluídos	Em Curso	Por Iniciar	Paralizados	Total
Fundos Próprios	4	3	7	11	25
Fundos Externos	4	11	6	8	29
Total	**8**	**14**	**13**	**19**	**54**

Ainda com recurso próprio, continuam em execução 16 obras (transitadas do ano 2024) de integração de Subestações Eléctricas ao Centro de Despacho de Luanda e ao de Benguela, com execução financeira e física contratualmente de 100%, como se descreve na tabela abaixo, aguardando a inspecção final da equipa técnica conjunta ENDE-EP e RNT:

Tabela 11: Obras de Integração de Subestações ao Sistema SCADA

N.º	Descrição do Projecto	Localização	Nível de Tensão (KV)	Execução		Situação
				Física	Financeira	
1	Caála	Huambo	60/15	100%	100%	Em curso
2	Waku Kungo	Cuanza Sul	60/15	100%	100%	Em curso
3	Mulenvos	Luanda	60/15	100%	100%	Em curso
4	Lobito 1	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
5	Lobito 2	Benguela	60/20	100%	100%	Em curso
6	Cabrais	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
7	Luhongo	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
8	Cavaco	Benguela	60/30/20	100%	100%	Em curso
9	Baía farta	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso

N.º	Descrição do Projecto	Localização	Nível de Tensão (KV)	Execução		Situação
				Física	Financeira	
10	Carrinho	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
11	Benguela Centro	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
12	PS Benguela Sul	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
13	Kaluapande	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
14	Kuito	Benguela	60/30	100%	100%	Em curso
15	Catabola	Bié	60/30	33,30%	-	Em curso
16	Gulungo Alto	C. Norte	60/30	90%	-	Em curso

Figura 1: Obra de Expansão e Reforço da Rede de Distribuição





6.2 – OBRAS E CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Com recurso próprio, foram executas 25 obras de reabilitação e construção de infra-estruturas técnicas e administrativas, visando a criação e melhorias de condições de trabalho e de atendimento aos clientes, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 12: Resumo de Obras de Reabilitação e Construção de Instalações Administrativas

	Projectos						Execução %	
Fundos Próprios	Concluídas	Em Curso	Por Iniciar	Paralizados	Total	Valor MKz	Fisica	Financeira
Reabilitação	6	6	3	2	17	555,61	66	48
Obras de Construção Civil	5	2	1	0	8	319,5	88	79
Total	**11**	**8**	**4**	**2**	**25**	**875,11**	**77**	**64**

6.3 – OUTROS INVESTIMENTOS RELEVANTES

Durante o período, foi reforçada a frota de veículos com 28 viaturas de marca e modelo Toyota Land Cruiser Hard Top, distribuídas às Unidades de Negócios, concretamente à 11 Centros de Distribuição e 4 Direcções de Exploração e Manutenção da Rede de Alta e Média Tensão.

7. DOMÍNIO DA DISTRIBUIÇÃO

As actividades realizadas neste domínio, foram desenvolvidas com vista a melhoria da qualidade e regularidade no fornecimento de energia eléctrica, reduzindo o tempo de indisponibilidade da rede. Para o efeito, foram realizadas acções de operacionalidade e manutenção das redes AT/MT/BT, bem como outras, tendentes à redução das perdas técnicas.

7.1 - INFORMAÇÕES RELEVANTES DA DISTRIBUIÇÃO NO PERÍODO

Com objectivo de melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica e assegurar o bom funcionamento dos activos existentes, destaca-se a seguir o comportamento da rede de distribuição de electricidade ao longo do ano de 2025.

Tabela 13: Mapa Evolutivo dos Activos da Rede de Distribuição

Activos	Un	Ano				
		2021	2022	2023	2024	2025
Ponta do Sistema	**MW**	**2 060,30**	**2 229,44**	**2 191,32**	**2 279,00**	**2 015,90**
Subestações Eléctrica	**#**	**132**	**133**	**134**	**137**	**137**
* Potência Instalada	MVA	5 397	5 437,70	5 517	5 583	5 613
Centrais Térmicas	**#**	**25**	**19**	**19**	**17**	**15**
* Potência Instalada	MVA	**38**	**45,00**	**46,3**	**45,2**	**48,2**
Postos de Seccionamentos	**#**	**142**	**153**	**153**	**159**	**165**
Posto de Transformação Serviço	**#**	**7 404**	**7 595**	**7 772**	**7 986**	**8 157**
* Potência Instalada	KVA	4 361 549	4 460 439	4 557 357	4 655 393	4 913 815
Posto de Transformação Privativo	**#**	**7 216**	**7 506**	**8 048**	**8 441**	**8 624**
* Potência Instalada	KVA	3 794 520	4 660 702	5 559 333	4 873 432	5 066 347
Armário de Seccionamento	**#**	**6 730**	**7 303**	**7 435**	**7 889**	**8 042**
Linhas AT	Km	1 856,0	1 869,90	1 938	1 937,3	2 069,3
Linhas MT	Km	7 601,9	8 018,60	8 385	36 915,5	37 245,1
Cabos AT	Km	253,6	255,20	255,2	255,2	255,2
Cabos MT	Km	2 409,1	2 478,00	2 522,3	2 761,0	2 224,6
Cabos BT	Km	16 721,9	16 479,70	17 144,1	17 389,0	17 965,9

7.2 - GRAU DE ATENDIMENTO

Quanto ao grau de atendimento, a Empresa teve um registo na ordem de 97,9% correspondendo a um decréscimo de 0,1 p.p em relação ao período homologo, sendo a carga média atendida de 1.941,57 MW e não atendida de 37,97 MW. A carga máxima atendida foi de 2.328,3 MW, registando um acréscimo de 6,58%, em relação ao período homólogo que havia registado 2 184,5 MW.

Quanto à variação de défice de potência, a Empresa teve disponível 3.809,80 MW, correspondendo a um acréscimo de 2,92% em relação ao período homólogo.

O maior centro de consumo continua sendo registado na Região Luanda e Bengo com 1.328,90 MW seguidas pelas Regiões Centro e Norte com 288,41 MW e 167,66 MW respectivamente, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 14: Mapa Comparativo da Potência Registada

Região	Potência Disponivel		Potência Necessária		Potência Utilizada (MW)		tência Não Utilizada (M Restrição		Avaria		Potência Máxima	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Luanda e Bengo	1 770	1 836,4	1 759,3	2 015,9	1 288,3	1 328,90	6,5	7,99	11,39	9,4	1 509,5	1 665,7
Norte	831,1	831,1	241,6	233,7	170	167,66	2,15	2,76	2,33	2,7	190,1	189,5
Centro	800,7	844,4	337,4	346,1	285,6	288,41	7,56	6,21	1,08	2	309,9	324,5
Sul	234	298,6	152,4	152,2	109,2	106,9	1,74	2,28	1,23	1,38	118,6	120,8
Leste	66	61,80	79,0	67,6	47,8	49,7	4,65	3,19	0,09	0,06	56,4	54,2
Total	**3 701,8**	**3 809,80**	**2 569,7**	**2 815,5**	**1 901**	**1 941,6**	**22,60**	**22,4**	**16,1**	**15,5**	**2 184,5**	**2 328,3**

7.3 - CORTES GERAIS E PARCIAIS

Ao longo do ano 2025 o sistema de distribuição de electricidade registou 1 corte geral não programado no sistema interligado e 3.596 cortes parciais sendo 1.901 programadas e 1.695 não programados.

Tabela 15: Mapa Comparativo dos Cortes Registados na Rede de Distribuição

Cortes	R. Luanda e Bengo		R. Norte		R. Centro		R. Sul		R. Leste		Total	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Cortes Gerais Programados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cortes Gerais não Programados	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
Cortes Parciais Programados	139	150	51	68	2 791	1 421	116	252	33	10	3 130	1 901
Cortes Parciais não Programados	203	320	178	195	551	420	737	621	263	139	1 932	1 695

7.4 - AVARIAS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Ao longo do período em referência a empresa registou um total de 8.232 avarias, menos 509 em relação ao período homólogo, conforme tabela abaixo.

Tabela 16: Mapa Comparativo do Registo e Tratamento das Avarias

Região	Alta Tensão				Média Tensão				Baixa Tensão				Total Geral				T.M.R (h)	
	Recebido		Resolvido		Recebido		Resolvido		Recebido		Resolvido		Recebido		Resolvido			
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
R. Luanda e Bengo	82	52	80	52	1 555	1 417	1 539	1 404	2 831	2 629	2 729	2 448	4 468	4 098	4 348	3 904	4:27:00	11:36:00
R. Norte	9	7	9	7	195	178	187	171	876	884	857	873	1 080	1 069	1 053	1 051	13:36:40	15:50:00
R. Centro	40	39	32	39	459	290	444	288	1 189	1 085	1 168	1 063	1 688	1 414	1 644	1 390	8:51:00	19:15:20
R. Leste	0	0	0	0	49	59	47	59	389	338	387	533	438	397	434	592	8:27:00	3:35:00
R. Sul	7	3	7	3	218	215	217	213	1 065	1 095	1 038	1 079	1 290	1 313	1 262	1 295	9:58:40	12:02:00
Total	**138**	**101**	**128**	**101**	**2 476**	**2 159**	**2 434**	**2 135**	**6 350**	**6 031**	**6 179**	**5 996**	**8 964**	**8 291**	**8 741**	**8 232**	**9:04:04**	**12:27:40**

7.5 - ACTIVOS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO VANDALIZADOS E DANIFICADOS POR TERCEIROS

Os actos de vandalismo e derrube dos activos da rede de distribuição, contribuem para a instabilidade no fornecimento regular da electricidade à população, para o aumento de avarias nos equipamentos, das reclamações e do tempo de reparação de avarias.

No período em análise, registou-se a vandalização de 187 equipamentos e materiais eléctricos e a danificação de 38 equipamentos eléctricos, afectando o normal fornecimento de energia eléctrica as populações e com prejuízos avultados para a Empresa a rondar os Kz 50 mil milhões.

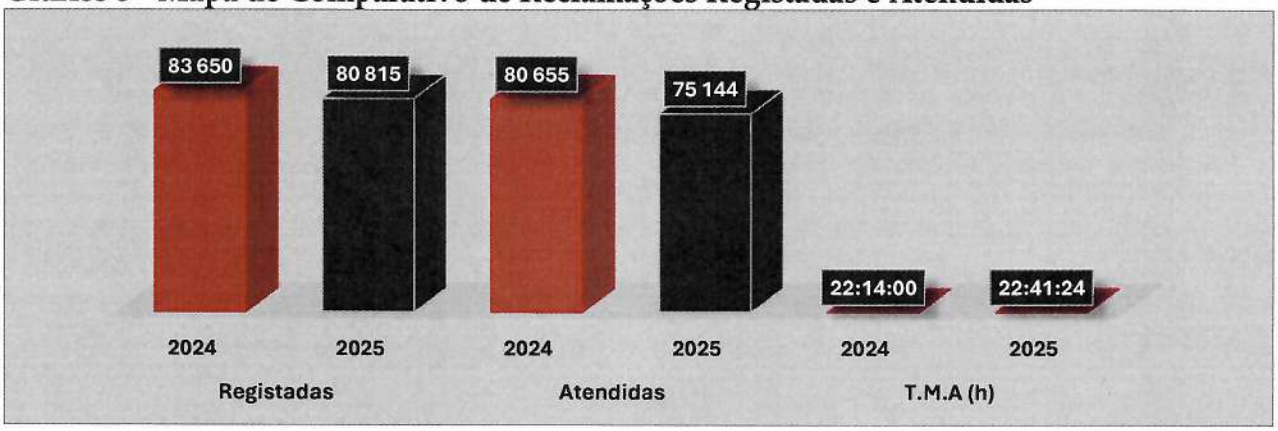
Figura 2: Obra de Expansão e Reforço da Rede de Distribuição



7.6 - RECLAMAÇÕES REGISTADAS E ATENDIDAS

No período, a empresa registou **80.815** reclamações e foram atendidas pelas equipas de piquetes **75.144** (uma execução de 92,98% no seu atendimento), com um tempo médio de atendimento de 22h:41min. Comparativamente ao período homologo houve uma diminuição de 3,39% nas reclamações registadas.

Gráfico 5 - Mapa de Comparativo de Reclamações Registadas e Atendidas



8. DOMÍNIO DA GESTÃO COMERCIAL

As actividades neste domínio foram orientadas com o objectivo de maximizar a qualidade e eficiência do serviço, assim como reduzir as perdas totais e muito particularmente as comerciais, focando-se na melhoria da qualidade da facturação e na satisfação plena dos clientes. O combate à fraude, a melhoria qualitativa da facturação emitida e as iniciativas de melhoria da receita com campanhas de cobranças aos clientes devedores e outras acções institucionais com vista a melhoria do desempenho comercial, foram acções desenvolvidas nesse domínio.

8.1 - INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO COMERCIAL NO PERÍODO

8.1.1 - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

No período em referência a aquisição de energia eléctrica cifrou-se em **15.809.992.844** kWh (mais 0,7% em relação ao período homólogo), a distribuída em **14.149.943.595** kWh, a facturada em **13.064.100.533** kWh e a energia cobrada em **15.047.107.228** kWh, das quais **6.401.118.253** kWh correspondeu a cobrança da dívida. As perdas comerciais e o índice de cobrança, decresceram em 3 e 1 pontos percentuais, respectivamente, comparando com o período homólogo, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 18: Mapa de Comparativo de Comercialização de Energia Eléctrica

Indicadores	Un	Execução				
		2021	2022	2023	2024	2025
Números de Clientes no Período	#	1 775 887	1 892 450	1 984 068	2 082 606	2 238 270
Contratação de Novos Clientes	#	80 600	116 563	91 618	98 538	155 664
Energia Adquirida	kWh	13 789 443 055	14 152 790 547	15 103 698 779	15 713 143 625	15 809 992 844
Taxa de Perdas Técnicas	%	11,8	11,5	11,5	10,5	10,50
Energia Não Distribuida (END)	kWh	1 627 154 281	1 627 570 913	1 585 888 372	1 650 880 081	1 660 049 249
Energia Distribuida	kWh	12 162 288 775	12 525 219 634	13 517 810 407	14 062 263 544	14 149 943 595
Taxa de Perdas Comerciais (acessos ilegais)	%	22	16	14	11	8
Energia Não Facturada (ENF)	kWh	2 639 058 289	2 006 320 938	1 848 785 170	1 584 571 909	1 085 843 062
Energia Facturada ao Cliente	kWh	9 523 230 486	10 518 898 696	11 669 025 237	12 477 691 635	13 064 100 533
Indice de Cobrança Vs Facturação do Período	%	56	60	58	67	66
Energia Cobrada ao Cliente	kWh	5 338 787 852	6 288 573 383	6 738 040 394	8 391 626 860	8 645 988 975
Taxa de Perdas Comerciais (não cobranças)	%	44	40	42	33	34
Energia Não Cobrada ao Cliente Final (ENC)	kWh	4 184 442 633	4 230 325 313	4 930 984 843	4 086 064 775	4 418 111 558
Cobrança da Dívida Acumulada	kWh	1 814 659 098	3 018 785 458	2 582 072 803	2 265 833 915	6 401 118 253
Cobranças Totais	kWh	7 153 446 950	9 307 358 841	9 320 113 197	10 657 460 775	15 047 107 228
Cobranças Totais em relação a Energia Facturada	%	75	88	80	85	115
Cobranças Totais em relação a Energia Adquirid	%	52	66	62	68	95

8.1.2 - CARTEIRA DE CLIENTES E SISTEMAS DE CONTAGEM

Até ao final do período em análise a Empresa registou um total de 2.238.270 clientes, mais 155.664 comparado com o período homólogo, sendo 8.630 em AT e MT e 2.229.590 em BT. Do total de clientes apenas 46% tem sistema de contagem, destes cerca de 92% são clientes pré-pago, conforme espelha a tabela abaixo.

Tabela 19: Mapa de Comparativo da Carteira de Clientes de Sistemas de Contagem

Indicadores	Un	Anos				
		2021	2022	2023	2024	2025
Número de Clientes	#	**1 775 887**	**1 892 450**	**1 984 068**	**2 082 606**	**2 238 270**
* Clientes AT/MT	#	6 873	7 580	7 661	8 342	8 630
* Clientes BT	#	1 769 014	1 884 870	1 976 407	2 074 264	2 229 590
N.º de Ligações de Novos Clientes	#	80 600	116 563	91 618	98 538	155 664
* Contadores Pré Pago Instalados	#	17 970	27 700	13 024	26 368	218 967
Clientes Com Sistema de Contagem	#	**839 386**	**781 812**	**792 415**	**813 876**	**1 038 721**
* Clientes Pós Pagamento	#	170 024	84 750	82 329	77 422	83 300
* Clientes Pré Pagamento	#	669 362	697 062	710 086	736 454	955 421
Clientes Sem Sistema de Contagem	#	**936 501**	**1 110 638**	**1 191 653**	1 340 956	1 199 549
Taxa de Cobertura do Pré Pago	%	**37,69**	**36,83**	**35,79**	**35,36**	**42,69**

8.1.3 - DÍVIDA ACUMULADA DE CLIENTES NO PERÍODO

Á data de 31 de Dezembro de 2025, a dívida de clientes por categoria tarifária e segregada por clientes públicos e particulares, está avaliada em 29.994.007.794,84 kWh (valorizada em Kz 381 419 501 428,04), como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 20: Mapa da Dívida Acumulada de Clientes por Categoria Tarifária

Designação	Dívida - kwh		Dívida Geral
	Entes Publicos	Entes Particulares	
BT_TDSI-Doméstica Social I	453 834,13	196 102 014,13	196 555 848,25
BT_TDSII-Doméstica Social II	89 361,45	614 765 025,37	614 854 386,82
BT_TDM-Doméstica Monofasica	15 212 157,81	17 925 372 316,50	17 940 584 474,31
BT_TDT-Doméstica Trifásica	9 153 322,96	1 210 318 297,05	1 219 471 620,01
BT_IP-Iluminação Pública	639 162 988,69	1 468 952,82	640 631 941,51
BT_TI-Industria	1 286 345,12	78 078 705,72	79 365 050,84
BT_TCS-Comercio e Serviços	332 203 912,87	1 651 301 358,28	1 983 505 271,16
MT_MTI-Industria	267 641 834,03	446 028 304,91	713 670 138,93
MT_TCS-Comercio e Serviços	1 377 330 129,49	4 737 323 166,71	6 114 653 296,20
AT_TI-Industria	275 046,11	490 440 720,68	490 715 766,79
Total	2 642 808 932,67	27 351 198 862,17	29 994 007 794,84

9. DOMÍNIO DE GESTÃO FINANCEIRA

9.1 - INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO FINANCEIRA NO PERÍODO

9.1.1 - INFORMAÇÃO FINANCEIRA

No exercício em análise, a gestão financeira da Empresa foi orientada para a optimização dos recursos disponíveis para fazer face as despesas correntes e de carácter prioritárias o que permitiu obter no final do exercício um saldo de caixa positivo avaliado em Kz **16 757 778 813,52** (dezasseis mil milhões, setecentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e treze Kwanza e cinquenta e dois Cêntimos), devido ao fluxo das actividades de investimentos e financiamento que suportaram o défice gerando nos fluxos das actividades operacionais, por conta de juros obtidos das obrigações do tesouro, da realização de parte do capital subscrito e dos empréstimos obtidos as instituições bancárias (colateral das obrigações do tesouro).

9.1.2 - INFORMAÇÃO ECONÓMICA

O volume de negócio da Empresa aumentou em 19% em relação ao exercício homólogo, cifrando-se em Kz 172 688 119 679,49 (cento e setenta dois mil milhões, seiscentos e oitenta e oito milhões, cento e dezanove mil, seiscentos e setenta e nove Kwanzas e quarenta e nove Cêntimos), conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 21 Mapa Comparativo do Volume de Negócio da Empresa

Indicadores	Un	Anos 2021	2022	2023	2024	2025
DOMÍNIO ECONÓMICO						
Venda do Consumo de Energia	Kz	108 327 560 692,69	116 490 419 809,64	127 803 935 869,16	144 969 916 909,61	172 688 119 679,49
Vendas de Energia Pós Pago	Kz	88 551 791 685,09	96 694 937 110,53	108 815 891 607,85	123 360 228 249,41	145 439 995 486,42
Vendas de Enrgia Pré Pago	Kz	19 775 769 007,60	19 795 482 699,11	18 988 044 261,31	21 609 688 660,20	27 248 124 193,07
Venda de Material Eléctrico	Kz	207 690 080,74	192 081 910,77	110 973 722,30	216 634 779,05	180 596 555,07
Actualização Financeira	Kz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões Cobrança Duvidosa	Kz	-21 933 211 094,21	-35 783 085 094,90	-28 431 697 409,50	-49 383 000 509,53	32 685 536 012,85
Total		86 394 349 598,48	80 899 416 625,51	99 483 212 181,96	95 803 551 179,13	205 554 252 247,41

O valor total dos Proveitos Operacionais registou um aumento de 88% em relação ao ano 2024.

Os Custos Operacionais incorridos no exercício foram de Kz 234 958 818 379,62 (duzentos e trinta e quatro mil milhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e dezoito mil, trezentos e setenta e nove Kwanzas e sessenta e dois Cêntimos), influenciando o Resultado Operacional positivo avaliado em Kz 5 448 546 303,32 (cinco mil milhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e três Kwanzas e trinta e dois Cêntimos).

Tabela 22: Mapa Comparativo dos Custos Operacionais da Empresa

Indicadores	Un	2021	2022	2023	2024	2025
			DOMÍNIO ECONÓMICO			
Custos Merc Vendidas e MT Cons	**Kz**	**102 822 492 847,11**	**107 716 677 196,74**	**114 456 039 695,87**	**118 331 546 234,38**	**123 313 823 581,36**
Aquisição de Energia	Kz	102 822 492 847,11	107 716 677 196,74	114 456 039 695,87	118 331 546 234,38	123 313 823 581,36
Custo com Pessoal	**Kz**	**35 100 837 548,32**	**43 686 905 815,14**	**47 628 715 518,53**	**51 734 018 108,92**	59 089 300 657,79
Amortizações	**Kz**	**28 693 783 123,93**	**30 526 259 000,77**	**30 890 490 293,04**	**30 875 388 845,09**	30 227 346 220,79
Outros Custos e Per Operacionais	**Kz**	**17 629 743 349,36**	**19 532 557 084,59**	**18 829 091 293,73**	**29 540 368 357,12**	22 328 347 919,68
Total		**184 246 856 868,72**	**201 462 399 097,24**	**211 804 336 801,17**	**230 481 321 545,51**	**234 958 818 379,62**
Resultados Operacionais		**-95 878 659 825,28**	**-68 326 115 998,35**	**-88 213 873 887,24**	**-79 823 806 091,71**	**5 448 546 303,32**

9.1.3 - INFORMAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura patrimonial da Empresa no final do exercício foi avaliada em Kz 1 071 771 221 242,01 (um bilhão, setenta e um mil milhões, setecentos e setenta e um milhões, duzentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e dois Kwanzas e um Cêntimos), com um capital próprio negativo no montante em Kz **336 261 368 080,10** (trezentos e trinta e seis mil milhões, duzentos e sessenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitenta Kwanzas e dez Cêntimos), fortemente influenciado pelos sucessivos resultados líquidos do exercício negativos registados desde o ano de 2019, por conta da tarifa aplicada ao consumidor final não ser suficiente para cobrir os custos operacionais do Sector Eléctrico.

Tabela 23: Mapa Comparativo do Capital Próprio da Empresa

Indicadores	Un	Anos 2021	2022	2023	2024	2025
			CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	Kz	284 194 597 967,27	284 194 597 967,27	284 194 597 967,27	284 194 597 967,27	284 194 597 967,27
Reservas	Kz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	Kz	**-193 687 231 446,66**	**-283 591 155 908,98**	**-418 033 546 008,81**	**-518 309 686 033,99**	**-628 169 187 450,93**
Resultados do Exercício	Kz	**-70 683 485 858,32**	**-128 537 216 207,83**	**-87 216 885 598,89**	**-109 859 501 416,94**	**7 713 221 403,56**
Total de Capital Próprio		19 823 880 662,29	-127 933 774 149,54	-221 055 833 640,43	-343 974 589 483,66	-336 261 368 080,10

9.1.4 - CONTAS A RECEBER E À PAGAR

À data do balanço, a dívida do Estado para com a ENDE-EP em relação aos subsídios a preços rondava os Kz 47 674 504 794,70 (quarenta e sete mil milhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e quatro mil, setecentos e noventa e quatro Kwanzas e setenta Cêntimos) e a situação do capital subscrito pelo Estado e ainda não realizado em Kz 69 883 889 159,57 (sessenta e nove mil milhões, oitocentos e oitenta e três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, cento e cinquenta e nove Kwanzas e cinquenta e sete Cêntimos).

Para os anos subsequentes, perspectivamos acções estratégicas de curto médio, médio e longo prazos para a recuperação financeira, melhoria operacional e sustentabilidade, conforme estabelecido no Plano Estratégico e de Negócio 2025 – 2029 da ENDE-EP, como:

a. Restabelecer o equilíbrio económico-financeiro, sustentando, EBITDA/ break-even operacional e margem líquida positiva 2029;
b. Reduzir as perdas totais de 21,8% para ≤15%, reforçando a eficiência técnica e comercial;
c. Aumentar a taxa de cobrança de 67,3% para ≥85% até 2029, consolidando o modelo de pré-pagamento e reforçando o controlo digital e a fiabilidade da medição;
d. Expandir a taxa de electrificação nacional de 44% para 55% até 2029, correspondendo a 1,0 milhões de novas ligações;
e. Digitalizar integralmente os processos operacionais e comerciais, integrando SAP, MDMS, SCADA, ADMS e GIS;
f. Melhorar a qualidade de serviço (SAIDI < 100h/ano; SAIFI < 15), com foco na fiabilidade e continuidade do fornecimento;
g. Capacitar 1 000 técnicos e 150 gestores por ano, fomentando uma cultura de desempenho e mérito;
h. Adoptar padrões ESG e de financiamento verde (GRI, ISSB, IFC), reforçando a elegibilidade da empresa a fundos climáticos e multilaterais e/ou a emitir obrigações verdes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos Termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Empresa Nacional de Electricidade, Empresa Pública, abreviadamente designada por ENDE, EP, apresenta e submete para homologação, o Relatório de Gestão referente ao ano de 2025.

Conforme reportado ao longo deste relatório, o Conselho demonstrou capacidade de resposta perante os diversos desafios, garantindo a continuidade dos serviços essenciais, estabilizar as relações com parceiros críticos e iniciar a abordagem para a resolução dos problemas estruturais que afectavam a empresa, assegurando soluções sustentáveis não apenas aos desafios presente, mas alicerçadas e focada na resiliência e na criação de valor para o futuro do sector eléctrico.

O próximo ciclo será dedicado a implementação rigorosa das iniciativas estratégicas delineadas no **Plano Estratégico e de Negócio 2025 - 2029** que permitirão, a curto, médio e longo prazo, transformar a ENDE-EP numa Empresa mais robusta, eficiente e capaz de cumprir cabalmente a sua missão no desenvolvimento do País.

Os resultados alcançados no exercício económico de 2025, foram satisfatórios, cujos impactos são presentes e visíveis nos indicadores da Empresa que apesar de todos os constrangimentos decorrentes dos processos internos e da situação macroeconómica, permitiu o apuramento de um resultado líquido positivo de Kz 7,7 mil milhões (feito histórico obtido pela primeira vez, na era pós subsídios a preços).

Concluímos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração da ENDE-EP, às Contas do Exercício Económico de 2025, endereçando os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério das Finanças;
- Ao Ministério do Planeamento;
- Ao Ministério de Energia e Águas;
- Aos Governos Provinciais;
- Ao Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado;
- As Instituições Bancárias;
- Aos Órgãos de Comunicação Social;
- Aos Órgãos do Poder Local;
- Aos Clientes, nas 21 Províncias do País;
- Aos trabalhadores, como principal activo e força motriz;
- E Outras Entidades, que cooperaram e apoiam a actividade da ENDE - EP.

Feito e Aprovado pelo Conselho de Administração em Luanda aos, 24 de Abril de 2026.

Os Membros do Conselho de Administração

Pedro Estevão Buca
(Presidente)

Lauro Pinto Fortunato
(Administrador Executivo)

Lourenço Jose Filipe
(Administrador Executivo)

Raimundo Santa Rosa
(Administrador Executivo)

Gelson Viando Paixão Pinto
(Administrador Executivo)

Carlos de Almeida Dias Neto
(Administrador Não Executivo)

Nsiansoki Mayamona
(Administrador Não Executivo)

Balanço em 31-12-2025 e 31-12-2024
(valores expressos em Kwanzas)

Designação	Notas	Exercício 31.12.2025	AV %	31.12.2024	AH %
ACTIVO					
ACTIVOS NÃO CORRENTES					
Imobilizações Corpóreas	4	671 418 504 547,20	95	583 498 686 570,36	15
Imobilizações Incorpóreas	5	10 741 465 768,33	2	11 207 016 323,76	-4
Investimento em Subsidiaria e associadas	6	0,00	0	0,00	0
Outros activos financeiros	7	25 073 837 583,00	4	3 079 099 343,00	714
Outros activos não correntes	6	0,00	0	0,00	0
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTE		**707 233 807 898,53**	**66**	**597 784 802 237,12**	**18**
ACTIVOS CORRENTES					
Existências	8	4 524 925 007,55	1	4 840 600 094,61	-7
Contas a receber	9	338 567 853 196,18	93	226 249 741 988,90	50
Disponibilidades	10	16 757 778 813,52	5	12 851 343 248,54	30
Outros activos correntes	11	4 686 856 326,23	1	3 907 965 936,72	20
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES		**364 537 413 343,48**	**34**	**247 849 651 268,77**	**47**
TOTAL DE ACTIVO		**1 071 771 221 242,01**	**100**	**845 634 453 505,89**	**27**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	12	284 194 597 967,27	-85	284 194 597 967,27	0
Resultados transitados	14	-628 169 187 450,93	187	-518 309 686 033,99	21
Resultados do exercício		7 713 221 403,56	-2	-109 859 501 416,94	-107
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO		**-336 261 368 080,10**	**-31**	**-343 974 589 483,66**	**-2**
PASSIVOS NÃO CORRENTES					
Provisões para pensões	17	50 598 317 861,77	8	50 416 945 900,60	0,4
Provisões para outros riscos e encargos	18	26 936 721 812,36	4	26 142 538 602,25	3
Outros Passivos não Correntes	19	565 518 954 981,28	88	468 068 257 079,96	20,82
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES		**643 053 994 655,41**	**60**	**544 627 741 582,81**	**64**
PASSIVOS CORRENTE					
Empréstimos de curto prazo	15	23 650 493 186,63	3	3 600 000 000,00	557
Contas a pagar	19	721 567 743 213,27	94	623 045 738 458,49	16
Outros passivos correntes	21	19 760 358 266,80	3	18 335 562 948,25	8
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES		**764 978 594 666,70**	**71**	**644 981 301 406,74**	**19**
TOTAL DE CAPITAL PROPRIO E PASSIVO		**1 071 771 221 242,01**	**100**	**845 634 453 505,89**	**26,7**

As notas anexas fazem parte do Balanço em 31 de Dezembro de 2025.

O Presidente do Conselho de Administração

Pedro Estevão Buca

O Administrador para Administração e Finanças

Raimundo Maurício M. Santa Rosa

A Directora de Finanças e Contabilidade

Nhadiri Pires Papa Pegado
(N.º da Ordem 20170231)

Demonstração de Resultados por Naturezas em 31-12-2025 e 31-12-2024
(valores expressos em Kwanzas)

Designação	Notas	Exercício 31.12.2025	AV %	Exercício 31.12.2024	%
PROVEITOS OPERACIONAIS					
Vendas	22	205 554 252 247,41	86	95 803 551 179,13	115
Prestações de serviços	23	14 141 554 201,92	6	11 813 676 670,23	20
Outros proveitos operacionais	24	20 711 558 233,61	9	20 507 193 581,71	1
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS		**240 407 364 682,94**	**100**	**128 124 421 431,07**	88
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos das mercadorias vendidas e das matérias - primas e subsidiárias consumidas	27	123 313 823 581,36	52	118 331 546 234,38	4
Custos com o pessoal	28	59 089 300 657,79	25	51 734 028 108,92	14
Amortizações	29	30 227 346 220,79	13	30 875 388 845,09	-2
Outros custos e perdas operacionais	30	22 328 347 919,68	10	29 540 368 357,12	-24
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS		**234 958 818 379,62**	**100**	**230 481 331 545,51**	2
RESULTADOS OPERACIONAIS		**5 448 546 303,32**		**-102 356 910 114,44**	
RESULTADOS FINANCEIROS	31	798 984 111,86		-393 938 443,18	
RESULTADOS DE FILIAIS E ASSOCIADOS					
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	33	1 465 064 238,38		-7 108 999 442,32	
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		**7 712 594 653,56**		**-109 859 847 999,94**	
Imposto sobre o rendimento	35	0,00		0,00	
RESULTADOS LIQUÍDOS DAS ACTIVIDADES CORRENTES		**7 712 594 653,56**		**-109 859 847 999,94**	
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	34	626 750,00		346 583,00	
Imposto sobre o rendimento	35	0,00		0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**7 713 221 403,56**		**-109 859 501 416,94**	

As notas anexas fazem parte da Demonstração de Resultados para o exercício em 31 de Dezembro de 2025.

O Presidente do Conselho de Administração

Pedro Estevão Buca

A Directora de Finanças e Contabilidade

Nhadiri Pires Papa Pegado
(N.º da Ordem 20170231)

O Administrador para Administração e Finanças

Raimundo Maurício M. Santa Rosa

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31-12-2025 e 31-12-2024
(valores expressos em Kwanzas) (Método Directo)

Designação	Notas	Exercícios		VH %
		31.12.2025	31.12.2024	
Recebimentos de clientes		154 615 512 820,99	130 345 309 844,26	19
Pagamentos a fornecedores		-104 876 669 752,52	-91 944 120 405,90	14
Pagamento ao Pessoal		-48 461 684 710,83	-44 170 027 182,06	10
Caixa geradas nas operações		**1 277 158 357,64**	**-5 768 837 743,70**	-122
Juros e custos similares pagos		**-807 117 827,80**	0,00	-100
Fluxos de caixa antes das Rubricas Outras Act. Operacionais		**-16 428 145 268,62**	**-9 454 659 067,55**	74
Outros recebimentos relativos a actividade operacional		167 981 639,79	156 151 970,99	8
Outros pagamentos relativos a actividade operacional		-16 596 126 908,41	-9 610 811 038,54	73
Fluxos de caixa antes das Rubrica Extraordinárias		**152 880 598,09**	**-118 306 521,82**	-229
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		229 936 936,40	0,00	100
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		-77 056 338,31	-118 306 521,82	-35
Caixa Líquida Proveniente das Actividades Operacionais		**-15 805 224 140,69**	**-15 341 803 333,07**	3
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:		**2 042 038 827,42**	**1 840 889 988,27**	11
Investimentos Financeiros		0,00	1 476 168 871,51	-100
Juros e Proveitos Similares		2 042 038 827,42	364 721 116,76	460
Pagamentos Respeitantes a:		**-2 836 060 125,52**	**-1 183 002 354,14**	140
Imobilizações Corpóreas		-2 836 060 125,52	-1 183 002 354,14	140
Imobilizações Incorpóreas		0,00	0,00	0
Caixa Líquida usada nas Actividades de Investimento		**-794 021 298,10**	**657 887 634,13**	-221
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:		**26 764 000 329,65**	**3 700 000 000,00**	623
Realização do capital subscrito		0,00	0,00	100
Empréstimos obtidos Recebimentos		26 764 000 329,65	3 700 000 000,00	623
Pagamentos respeitantes a:		**-5 039 368 292,59**	**-2 037 787 972,03**	147
Empréstimos obtidos		-3 113 507 143,02	-100 000 000,00	3 014
Juros e Custos Similares		-1 925 861 149,57	-1 937 787 972,03	-1
Caixa Líquida usada nas Actividades de Financiamento		**21 724 632 037,06**	**1 662 212 027,97**	1 207
Efeito variação cambial		-1 218 951 033,29	-661 644 632,06	84
Aumento Líquido da Caixa e Seus Equivalentes		3 906 435 564,98	-13 683 348 303,03	-129
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício	43/47	12 851 343 248,54	26 534 691 551,57	-52
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	**43/47**	**16 757 778 813,52**	**12 851 343 248,54**	**30**

As notas anexas fazem parte da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 Dezembro de 2025.

O Presidente do Conselho de Administração

Pedro Estevão Buca

A Directora de Finanças e Contabilidade

Nhadiri Pires Papa Pegado
(N.º da Ordem 20170231)

O Administrador para Administração e Finanças

Raimundo Maurício M. Santa Rosa

1. ACTIVIDADES

A ENDE-EP – Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, Empresa Pública, tem como objecto social a distribuição de energia eléctrica a nível nacional, no âmbito do Sistema Eléctrico Público, através da exploração das infraestruturas das redes de distribuição, em Alta, Média e Baixa Tensão (AT, MT e BT), em regime de serviço público, nos termos da Lei Geral de Electricidade e seus Regulamentos.

De acordo com a recomendação do Plano Geral de Contabilidade, são apresentadas, a seguir, as notas elaboradas para as rubricas que constituem 10% do total do activo e 5% do total dos proveitos operacionais. As notas respeitam a numeração sequencial do Plano Geral de Contabilidade.

As notas cujas numerações se encontram ausentes neste anexo, não são aplicáveis à Empresa, ou a sua numeração não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, definidos no Plano Geral de Contabilidade aprovado pelo Decreto n.º 82/01 de 16 de Novembro.

Deste modo, foram preparadas na base da continuidade das operações e do acréscimo, em obediência aos princípios da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade, respeitando as características de relevância e fiabilidade.

A ENDE, como empresa pública, está sujeita às regras e legislação para o sector público angolano, necessitando do apoio do Estado para dar cumprimento à missão e objectivos para a qual foi criada, pressuposto este que se considera fundamental para suportar a adequação da preparação das demonstrações financeiras com base no princípio da continuidade das operações, não havendo quaisquer derrogações às suas disposições. Importa salientar que, o Capital Próprio da Empresa é negativo e o Passivo Corrente excede o Activo Corrente em KZ 403 376 547 706,48, sendo que os principais saldos incluídos no total do passivo reportam-se:

i) ao valor em dívida com a entidade relacionada, a Empresa Rede Nacional de Transporte - RNT-EP, o qual representa aproximadamente 70% do total do Passivo Corrente, e ii) ao saldo de proveitos diferidos relacionado com subsídios ao investimento, o qual ascende a KZ 586 145 806 660,94 (42% do total do Passivo).

Sem prejuízo do exposto, e apesar dos riscos e incertezas existentes no contexto da actividade da Empresa, o Conselho de Administração está convicto de que a adopção do pressuposto da continuidade se afigura apropriado para efeitos de preparação das demonstrações financeiras, considerando que continuará a ter o apoio necessário por parte do Estado para desenvolver os planos que lhe permitam assegurar o equilíbrio económico-financeiro e o cumprimento integral das responsabilidades contratadas.

2.2. Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada seguiu o custo histórico, pelo qual os Activos são registados, pela quantia em dinheiro (e seus equivalentes), paga ou a pagar, no momento de aquisição. Os Passivos são registados pela quantia dos produtos e/ou serviços recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias pelas quantias em dinheiro que se espera que sejam pagas para satisfazer o passivo, no decurso normal do negócio.
As operações em moeda estrangeira são valorizadas na moeda de relato determinada pela aplicação, à quantia de moeda estrangeira, da taxa de câmbio entre moeda estrangeira e a moeda de relato à data de transação. A moeda de relato é o Kwanza, abreviadamente designado por KZ.

Na data de relato, os saldos em moeda estrangeira são valorizados da seguinte forma:

- Pelo valor histórico (valor do reconhecimento inicial), no caso de activos e passivos não monetários, aos quais, na data do reconhecimento inicial, tenha sido atribuído um justo valor em moeda estrangeira;
- Pela taxa de fecho determinada pela aplicação, à quantia da moeda estrangeira, da taxa de câmbio à data de fecho entre a moeda estrangeira e a moeda de relato, no caso de activos e passivos monetários cujo câmbio não esteja previamente fixado.

2.2.1. Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

a) Imobilizações Corpóreas

Os critérios utilizados para o reconhecimento das Imobilizações Corpóreas são nomeadamente os que satisfazem as condições gerais para o seu reconhecimento como activos, detidos com continuidade ou permanência na actividade da Empresa, com uma vida útil técnico-económica superior a um ano.

As bases de valorimetria específicas das imobilizações corpóreas usadas na Empresa, basearam-se no custo de aquisição, acrescidos dos gastos suportados directa ou indirectamente para colocar o bem em condições de utilização e durante o período em que se encontra em curso. Foram ainda acrescidos outros custos, relacionados com

encargos de melhoramento e de reparação dos bens, quando os mesmos prolongam a vida útil destes.

O método de depreciação utilizado é o método das quotas constantes por duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas para os bens, foram as permitidas pela Direcção Nacional do Património do Estado - DNP, aplicável para cada categoria de bens e consideradas economicamente adequadas. As taxas de depreciação mais utilizadas por categoria de bens foram as seguintes:

Descrição	%
Edifícios e Outras Construções	0,67 à 10,00
Equipamento Básico	4,00 à 12,50
Equipamento de Carga e Transporte	12,5 à 25
Equipamento Administrativo	12,5 à 25
Outras Imobilizações Corpóreas	12,5 à 33,33
Taras e Vasilhame	20 à 33,33

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição histórico. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com as seguintes taxas de amortização:

Descrição	%
Despesas de Constituição	33,33 à 66,67
Propriedade Industrial e outros direitos	-
Outras Imobilizações Incorpóreas	33,33 à 66,67

c) Outros Activos Financeiros

As participações de capital em outras empresas são valorizadas ao custo histórico de aquisição deduzido das provisões necessárias para o reduzir ao seu valor estimado de realização. Os rendimentos resultantes dos investimentos financeiros são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício.

Os outros activos financeiros, que incorporam o valor das Obrigações de Tesouro, encontram-se registados ao custo de reconhecimento inicial, líquido das correspondentes provisões ou amortizações destinadas a garantir que o custo não excede o valor de realização.

d) Existências

As Existências são valorizadas ao custo de aquisição/produção ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) inclui o preço de compra e os correspondentes direitos de importação e o

custo de transporte necessários à colocação das referidas existências em condições de uso.

O método de custeio das saídas utilizado é o custo médio ponderado.

Nas situações em que o valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição é registada uma provisão para depreciação de existências, de forma a reflectir o seu valor realizável.

e) Contas a Receber

As Contas a receber são valorizadas ao custo histórico deduzidos de eventuais provisões.

No exercício em análise, com base na avaliação efectuada sobre a recuperabilidade dos saldos de contas a receber, não foi reconhecida qualquer provisão para cobranças duvidosas de Clientes, por se considerar que os referidos saldos são integralmente recuperáveis.
Assim, foi implementada uma mudança relevante na metodologia de cálculo das provisões, excluindo os seguintes ponderadores:

1. Dívidas de Instituições Públicas Orçamentadas (IP);
2. Dívidas de empresas com acordos de encontro de contas, assumindo-se recuperação no prazo máximo de um ano;
3. Dívida associada ao sistema pré-pago, correspondente a 203.456 instalações com bloqueio registadas no sistema SAP/IS-U;
4. Projeção de dívida futura relativa a 704.362,67 contadores a instalar em 2026 e 2027;
5. Ajustes decorrentes de diferenças de saldos entre os sistemas ISU e S/4HANA.

Os saldos das contas de terceiros titulados em moeda diferente da moeda de relato são actualizados à data de balanço, considerando as respectivas taxas de câmbio em vigor.

f) Disponibilidades

A rubrica de Disponibilidades compreende os valores em caixa e todos os saldos em bancos que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

g) Aplicação de Resultados

De acordo com o artigo 36º dos Estatutos, os lucros da ENDE, depois de pagos os impostos, devem ser aplicados em conformidade com o seguinte:

- Constituição da reserva legal;
- Fundo de investimentos;
- Fundo social;
- Entrega ao Estado da parte dos dividendos que lhe cabe como proprietário da empresa;
- **Distribuição de estímulos individuais aos trabalhadores, incluindo aos membros dos órgãos de gestão, a título de comparticipação nos lucros, nos termos da legislação em vigor;**
- Ao Titular do Poder Executivo ou a quem delegar aprovar a afectação da parte dos lucros, bem como a criação de outras reservas e fundos que se reputem necessários à Empresa.

h) Provisões para Outros Riscos e Encargos

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um acontecimento passado e provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a ENDE divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao custo histórico, com base na melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação, na data de preparação das demonstrações financeiras.

i) Responsabilidades com Pensões

Na data de constituição, a ENDE integrou trabalhadores provenientes do segmento de distribuição da extinta ENE, sobre alguns dos quais foram constituídas obrigações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma, na modalidade de benefício definido. Este Fundo de Pensões dos ex-trabalhadores da ENE-EP, foi constituído com base no Despacho nº 157/08 de 17 de Abril, sob a forma de fundo fechado, e constitui uma entidade sem fins lucrativos.

Em 2022, e com efeitos retroactivos à data de admissão (retroactivos em 10 anos) dos colaboradores, o Conselho de Administração, no contexto dos benefícios de pós-emprego a conceder a título de complementos de pensões de reforma - benefícios definidos, adoptou as necessárias diligências tendentes à inclusão no plano de pensões, de ex-trabalhadores da EDEL e da ENE que não pertenciam ao anterior plano, assim

como de colaboradores contratados já na esfera da ENDE-EP, tendo adicionalmente promovido algumas alterações ao universo em 2024.

À data de 31 de Dezembro de 2025, o fundo de pensões da ENE, no qual a ENDE se constitui como Associada/Promotora, está sob gestão do Económico Fundos Pensões – Sociedade Gestora Fundos de Pensões, SA.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de pressupostos e projecções actuariais, taxas de desconto, de crescimento das pensões e salários, entre outros factores, que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Os principais pressupostos financeiros e actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões encontram-se descritos na Nota 17 das demonstrações financeiras.

Os benefícios são, regra geral, apurados através da conjugação de um ou mais factores, como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição base relevante (pensão). As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A Empresa revê, numa base Anual, os principais pressupostos actuariais, cujas alterações podem ter um impacto significativo na determinação do valor das responsabilidades por pensões.

As responsabilidades estão cobertas por provisões registadas no balanço da Empresa.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais são reconhecidos na rubrica de "Resultados Transitados - Benefícios de Reforma "(Nota 14).

A Empresa reconhece em resultados operacionais, na sua demonstração de resultados, os custos com serviço corrente, serviços passados e juros líquidos proveniente das actualizações actuarias (Nota 28).

j) Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor nominal, na moeda de contratação do financiamento, sendo os passivos denominados em moeda estrangeira actualizados cambialmente, à data de fecho, para a moeda de relato. São incluídos nos passivos

correntes, excepto quando se trata de passivos com maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como passivos não correntes.

Os gastos com financiamento, nomeadamente os juros, são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

k) Contas a Pagar

As Contas a Pagar foram valorizadas ao custo histórico.

Os saldos a pagar titulados em moeda diferente da moeda de relato são actualizados à data de balanço considerando as respectivas taxas de câmbio em vigor.

l) Especialização entre Exercícios

Os Proveitos e Custos relativos a receitas e despesas, são registados de acordo com o princípio do acréscimo ou da especialização de exercício, pelo qual são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas de Outros activos e passivos correntes (Notas 11 e 21).

m) Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As operações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional e de relato que é o Kwanza) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, as taxas de câmbio utilizadas para actualização das quantias em moeda estrangeira as quais não divergem significativamente das publicadas pelo Banco Nacional de Angola, foram as seguintes:

Moeda	31/12/2025	31/12/2024
EUR/KZ	1 134,59	973,83
USD/KZ	963,42	935,57

n) Vendas

As Vendas da Empresa estão essencialmente relacionadas com a venda de energia eléctrica.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquida de impostos sobre o valor acrescentado, devoluções, descontos e outros abatimentos, assim como de provisões de clientes de cobrança duvidosa.

O rédito é reconhecido quando estão satisfeitas todas as seguintes condições:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e recompensas significativos da propriedade dos bens;
- Não haja retenção de envolvimento de gestão continuado (com um grau geralmente associado com a propriedade), nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transacção possam ser fiavelmente medidos.

Na modalidade de venda de energia em regime pós-pago, o reconhecimento do rédito é efectuado atendendo: (i) vendas de energia facturadas com base em contagens reais de consumo e/ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor; e (ii) estimativas de energia fornecida e não facturada. As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

As actividades de distribuição e comercialização de energia são sujeitas a regulação por parte do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água (IRSEA), o qual determina, mediante aprovação do Titular do Poder Executivo, as tarifas a serem praticadas pela Empresa.

o) Prestações de Serviços

As Prestações de Serviços são mensuradas pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O proveito reconhecido é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui impostos liquidados relacionados com as Prestações de Serviços.

O rédito proveniente da Prestação de Serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data das demonstrações financeiras, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante de rédito possa ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato possa ser mensurado com fiabilidade.

p) Subsídios

Os subsídios apenas são reconhecidos após existir segurança de que:

- A Empresa cumpre as condições a ele associadas;
- Os subsídios serão efectivamente recebidos.

O proveito proveniente de subsídios é reconhecido durante os períodos necessários para os balancear com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, numa base sistemática.

Os subsídios que:

- Se destinem a investimentos em activos não amortizáveis,
- Revestem a forma de uma doação de um activo não amortizável,
- Se destinam a dar imediato apoio financeiro à Empresa sem custos actuais ou futuros relacionados,

São reconhecidos na sua totalidade no exercício em que preencham as condições de reconhecimento.

O principal subsídio obtido pela Empresa é o seguinte:

- Subsídio ao Investimento: concedido a fundo perdido e destinado a financiar a aquisição de investimentos estratégicos.

q) Custos com pessoal

Benefícios de curto prazo:

Os benefícios de curto prazo correspondem aos gastos incorridos com remunerações, quer fixas como variáveis e outros gastos relacionados directamente com o pessoal, assim como outras responsabilidades reconhecidas no período associados ao serviço prestado que serão liquidados no futuro.

Os custos com o pessoal são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização do exercício e são cumpridos pela Empresa, todas as obrigações legais relacionadas com os seus colaboradores.

Planos de Pensões:

Os benefícios são, regra geral, apurados através da conjugação de um ou mais factores, como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição base relevante (pensão). As responsabilidades da ENDE com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada.

As responsabilidades apuradas na data de balanço estão reflectidas no passivo não corrente, na rubrica de Provisões para Pensões (Nota 17).

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais são reconhecidos em Resultados Transitados.

A ENDE reconhece em resultados operacionais, na rubrica de Custos com o pessoal, os custos com serviço corrente e com serviços passados e o juro líquido sobre o passivo (activo).

r) Juros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são, geralmente, reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização do exercício. Os juros obtidos com os depósitos a prazo são reconhecidos como proveitos financeiros, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

s) Impostos

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos numa base recorrente:

Segurança social (SS): Esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do empregado;

Imposto sobre os rendimentos do trabalho (IRT): Este imposto é retido pela Empresa no momento do processamento dos ordenados dos trabalhadores, sendo calculado com base nas remunerações destes, cuja taxa obedece aos escalões previstos na tabela oficial de IRT publicada na Lei n.º 9/19, de 24 de Abril e na Lei n.º 28/19, de 25 de Setembro, as quais foram alteradas durante o exercício de 2020 pela Lei n.º 28/20, de 22 de Julho;

Imposto de selo (IS): Este imposto é liquidado mensalmente, correspondendo a 1% sobre os proveitos gerados decorrentes das receitas obtidas, sendo liquidado no momento do recebimento. Com a entrada em vigor do IVA, os proveitos gerados após 1 de Outubro de 2019 não estão sujeitos a este imposto. Adicionalmente, é pago estes impostos relacionados as facturações/dívidas de períodos anteriores ao IVA cujos recebimentos ocorrem no exercício corrente, além dos contratos celebrados com prestadores de serviços e fornecedores de bens diversos.

Imposto de consumo (IC): Este imposto é liquidado mensalmente, correspondendo a 5% sobre os proveitos gerados decorrentes das receitas obtidas em consumo de energia, sendo liquidado no momento do recebimento. Com a entrada em vigor do IVA, os proveitos gerados após 1 de Outubro de 2019 não estão sujeitos a este imposto. Até ao final do III trimestre de 2024, os pagamentos efectuados estavam relacionados a facturação/dívidas de períodos anteriores ao IVA cujos recebimentos ocorrem no exercício corrente e o saldo apurado referente ao Imposto de Consumo de 2015-2019 foi compensado com base no memorando de regularização das Dívidas Tributárias das Empresas do Sector Energético, conforme a Ref:3868 GACA/DGC/AGT/2024 datada de 31 de julho de 2024. Contudo registam-se neste exercício os DAR´s de retenção na fonte, referente a cobranças de electricidade das instituições do estado.

Imposto sobre veículos motorizados (IVM): É o imposto anual que a empresa, proprietários de veículos motorizados, nomeadamente automóveis ligeiros, pesados, motociclos, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, tem de liquidar ao Estado. Este imposto é liquidado anualmente, correspondendo a uma taxa expressa em valor físico constante na tabela anexa, conforme n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 24/20, de 13 de Julho, Lei do Imposto sobre os Veículos Motorizados.

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA): A Lei n.º 7/19, de 24 de Abril aprova o código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, revogando o regulamento do Imposto de Consumo e Imposto de Selo. Esta Lei, que entrou em vigor a 1 de Outubro de 2019, estabelece que as transmissões de bens e prestações de serviços, bem como as importações efectuadas por sujeitos passivos do imposto são sujeitas a uma taxa normal de IVA de 14%. O apuramento do IVA devido ao Estado resulta da diferença entre o IVA liquidado nas operações realizadas e o IVA dedutível pago nas correspondentes aquisições e/ou importações e é efectuado, numa base mensal, através da submissão da Declaração Periódica de IVA (Modelo 7). Só poderá deduzir-se o IVA constante de uma factura emitida nos termos legais e em função da correspondente capacidade de dedução do sujeito passivo e atentas as limitações previstas no Código do IVA;

Imposto sobre a aplicação de capitais (IAC): O Diploma Legislativo n.º 2/14, de 20 de Outubro, estabelece a incidência sobre os rendimentos provenientes da simples aplicação de capitais, sendo devida pelos titulares dos respectivos rendimentos sem prejuízo da sua exigência a outras entidades. A determinação da matéria colectável varia mediante o tipo de rendimento em causa, tal como a taxa aplicável;

Imposto predial (IP): A Lei n.º 18/11, de 21 de abril (substitui o anterior Código do Imposto Predial) estabelece que o pagamento de imposto predial urbano sobre rendimentos de imóveis após 31 de maio de 2011, opera por retenção na fonte à taxa de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de Imposto Industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizadas e utilizando-se uma taxa de 15%. Esta Lei foi igualmente alterada em 2020, pela Lei n.º 20/20, de 9 de Julho - Código do Imposto Predial, permanecendo a percentagem da taxa sobre o valor das rendas.

Imposto industrial (II): A Empresa encontra-se sujeita a tributação de Imposto Industrial (Grupo A). O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais) utilizando uma taxa nominal de 25%, ajustado por prejuízos acumulados se os houver, ao abrigo da Lei nº 26/20, de 20 de Julho. Adicionalmente, a Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de Imposto Industrial, relativamente às vendas (2% das vendas do primeiro semestre) e às prestações de serviços (à taxa de 6,5%), operando por retenção na fonte. Em 2020 foi publicada a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do II, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de outubro. Em 2022, com a publicação da Lei n.º 27/22, de 22 de Agosto, que altera o Código do Imposto Industrial, a taxa de retenção na fonte para as prestações de serviços de fornecedores estrangeiros foi fixada em 6,5%. A alteração entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023.

Contribuição especial sobre operações cambiais de invisíveis correntes: Encontra-se prevista no artigo 15.º da Lei n.º 18/24 - Orçamento Geral do Estado de 2025, incide sobre transferências de divisas para o exterior associadas, designadamente, a contratos de prestação de serviços, assistência técnica, consultoria e gestão, bem como outras operações cambiais de natureza semelhante.

Esta contribuição tem como finalidade contribuir para o controlo da saída de divisas, incentivar a utilização de serviços disponíveis no mercado interno e reforçar a estabilidade do mercado cambial nacional.

São sujeitos passivos as pessoas singulares ou colectivas residentes em Angola, incluindo empresas públicas e privadas, que solicitem junto de instituições financeiras a realização de transferências abrangidas por este regime.

A taxa aplicável é de 10% sobre o valor das transferências relativas a contratos de prestação de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão, sendo aplicada a taxa de 2,5% nas transferências destinadas a ajuda familiar.

Nos termos da legislação fiscal em vigor na República de Angola, as declarações fiscais permanecem sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais durante um período de cinco

anos. Assim, as declarações da Empresa relativas aos exercícios de 2021 a 2025 poderão ainda ser objecto de inspecção ou correcção.

O Conselho de Administração entende que eventuais ajustamentos resultantes de revisões fiscais não terão impacto material nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

t) Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a gestão da Empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações a data de balanço. As principais estimativas dizem respeito:

- Vida útil das imobilizações;
- Provisões para cobrança duvidosa;
- Provisões para outros riscos e encargos;
- Acréscimos de proveitos relacionado com venda de energia não facturada (pós-pago);
- Diferimentos de proveitos relacionado com venda de energia (pré-pago);
- Responsabilidades com benefícios de reforma.

Estas estimativas são determinadas pelo juízo de gestão da Empresa baseado:

- Na melhor informação e conhecimento de eventos presentes;
- Nas acções que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de desfecho das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

u) Erros Fundamentais

Os erros fundamentais são aqueles cujo efeito nas demonstrações financeiras de períodos anteriores determinam que as mesmas não possam ser consideradas como fiáveis à data da sua emissão. A correcção de erros fundamentais identificados nas Demonstrações Financeiras de um ou mais períodos anteriores é efectuada nas Demonstrações financeiras do período corrente nos resultados transitados.

2.3 Alterações nas políticas contabilísticas

O Plano Geral de Contabilidade prevê o tratamento contabilístico a adoptar quando, num determinado exercício económico, decorre uma alteração de política contabilística.

Políticas contabilísticas são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas por uma entidade na preparação e apresentação de demonstrações financeiras.

Uma entidade deve seleccionar e aplicar as suas políticas consistentemente para transacções semelhantes, outros acontecimentos e condições.

Uma entidade deve alterar uma política contabilística apenas se a alteração:

(a) for exigida por disposições contabilísticas emitidas por órgão competente para o efeito;
(b) resultar no facto das demonstrações financeiras proporcionarem informação fiável e mais relevante sobre os efeitos das transacções, outros acontecimentos ou condições, na posição financeira, desempenho financeiro ou fluxos de caixa da entidade.

Quando se altera uma política contabilística voluntariamente, a alteração deve ser aplicada retrospectivamente, ou seja, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do capital próprio afectado para o período anterior mais antigo apresentado e as outras quantias comparativas divulgadas para cada período anterior apresentado como se a nova política tivesse sido sempre aplicada.

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas.

NOTAS AO BALANÇO

4. Imobilizado Corpóreo

4.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a composição do imobilizado corpóreo era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	2 860 000,00	0,00	2 860 000,00	2 860 000,00	0,00	2 860 000,00
Edifícios e outras construções	10 727 457 518,40	2 384 280 233,59	8 343 177 284,81	10 727 457 518,40	2 235 645 137,22	8 491 812 381,18
Equipamentos básicos	545 528 740 568,17	212 332 777 451,05	333 195 963 117,12	539 677 355 580,73	184 182 993 549,35	355 494 362 031,38
Equipamento de transporte	13 006 365 305,49	11 571 162 043,24	1 435 203 262,25	12 889 756 065,99	10 936 450 183,43	1 953 305 882,56
Equipamento administrativo	7 562 711 882,69	5 477 489 211,92	2 085 222 670,77	7 323 743 698,11	4 609 671 509,48	2 714 072 188,63
Taras e vasilhames	49 749 810,64	43 195 001,45	6 554 809,19	49 749 810,64	41 309 753,20	8 440 057,44
Outras imobilizações corpóreas	2 356 433 389,48	1 663 529 648,32	692 903 741,16	1 898 482 218,30	1 398 704 383,38	499 777 834,92
Imobilizado em curso	325 656 619 661,90	0,00	325 656 619 661,90	214 334 056 194,25	0,00	214 334 056 194,25
Total	**904 890 938 136,77**	**233 472 433 589,57**	**671 418 504 547,20**	**786 903 461 086,42**	**203 404 774 516,06**	**583 498 686 570,36**

4.2. Movimentos, ocorridos durante o Exercício, no Valor Bruto

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os movimentos do valor bruto das imobilizações corpóreas foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Transferências	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	2 860 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 860 000,00
Edifícios e outras construções	10 727 457 518,40	0,00	0,00	0,00	0,00	10 727 457 518,40
Equipamento básico	539 677 355 580,73	5 497 899 581,94	0,00	0,00	353 485 405,50	545 528 740 568,17
Equipamento de transporte	12 889 756 065,99	116 609 239,50	0,00	0,00	0,00	13 006 365 305,49
Equipamento administrativo	7 323 743 698,11	232 034 733,06	158 251,07	0,00	7 091 702,59	7 562 711 882,69
Taras e vasilhame	49 749 810,64	0,00	0,00	0,00	0,00	49 749 810,64
Outras imobilizações corpóreas	1 898 482 218,30	262 723 053,26	18 508,78	0,00	195 246 626,70	2 356 433 389,48
Imobilizações em curso	214 334 056 194,25	111 878 387 202,44	0,00	0,00	-555 823 734,79	325 656 619 661,90
Total	**786 903 461 086,42**	**117 987 653 810,20**	**176 759,85**	**0,00**	**0,00**	**904 890 938 136,77**

Durante o exercício de 2025, a rubrica de **Imobilizações Corpóreas** registou um aumento, decorrente, essencialmente, da execução de projectos de investimento no âmbito do reforço e expansão da infra-estrutura eléctrica da Empresa.

A rubrica de **Imobilizações em Curso** apresentou um acréscimo de **KZ 111 878 387 202,44**, resultante, principalmente, da implementação de Projectos de Investimento Público, cujo financiamento é directamente contratualizado pelo MINEA, com destaque para:

- **PEESE I – Montagem de Contadores Pré-pagos (Projecto BAD);**
- **Electrificação dos Municípios do Huambo e Cuanza Sul;**
- **Electrificação das povoações do Ambriz;**
- **Construção da Subestação Victória é Certa;**
- **Projecto Eurobonds – Lote 6 – Subestação do Sapú;**

- **Electrificação das Aldeias do Calulo e Conda.**

A rubrica de **Equipamento Básico** registou um acréscimo de **KZ 5 497 899 581,94**, decorrente da conclusão e entrada em funcionamento de diversos projectos, bem como do reconhecimento da **doação, pela RNT, de uma linha de Média Tensão de 30 kV entre a Subestação de Catabola e o Posto de Transformação de Camacupa (Província do Bié)**, no montante de **KZ 2 685 035 055,76**.

Por sua vez, a rubrica de **Equipamento de Carga e Transporte** registou um aumento de **KZ 116 609 239,50**, correspondente à aquisição de **seis (6) viaturas**, no âmbito do projecto **PEESE I – Montagem de Contadores Pré-pagos (Projecto BAD)**.

Relativamente ao **processo de inventário físico e reavaliação dos bens administrativos**, informa-se que a empresa iniciou no exercício anterior, um processo de inventariação e valorização de activos imobilizados adquiridos até 31 de Dezembro de 2023. Para o efeito, contratou um perito independente, cujas actividades inerentes ao referido processo encontram-se terminado. Importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2023, a empresa tem concluído o processo de inventariação para a classe de bens administrativos, faltando apenas a integração da informação em sistema SAP.

4.3. Movimentos ocorridos durante o Exercício, nas Amortizações Acumuladas

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os movimentos das amortizações acumuladas das imobilizações corpóreas foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Transferências	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 235 645 137,22	148 635 096,37	0,00	0,00	0,00	2 384 280 233,59
Equipamentos básicos	178 465 939 664,79	33 866 837 786,26	0,00	0,00	0,00	212 332 777 451,05
Equipamento de transporte	10 936 450 183,43	634 711 859,81	0,00	0,00	0,00	11 571 162 043,24
Equipamento administrativo	4 609 671 509,48	867 975 953,51	158 251,07	0,00	0,00	5 477 489 211,92
Taras e vasilhames	41 309 753,20	1 885 248,25	0,00	0,00	0,00	43 195 001,45
Outras imobilizações corpóreas	1 398 704 383,38	264 843 773,72	18 508,78	0,00	0,00	1 663 529 648,32
Imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	197 687 720 631,50	**35 784 889 717,92**	**176 759,85**	**0,00**	**0,00**	**233 472 433 589,57**

As variações ocorridas no exercício correspondem, maioritariamente, às depreciações acumuladas de Equipamentos Básicos (Nota 4.2).

5. Imobilizado Incorpóreo
5.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição do Imobilizado incorpóreo era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outras imobilizações incorpóreas	2 207 950 489,93	1 870 559 248,42	337 391 241,51	2 207 950 489,93	1 609 727 628,84	598 222 861,09
Prop.Indus.e Out.Dir.e Contratos	13 881 698 223,49	3 477 623 696,67	10 404 074 526,82	13 881 698 223,49	3 272 904 760,82	10 608 793 462,67
Total	**16 089 648 713,42**	**5 348 182 945,09**	**10 741 465 768,33**	**16 089 648 713,42**	**4 882 632 389,66**	**11 207 016 323,76**

A rubrica Propriedade Industrial e Outros Direitos e Contratos, refere-se a direitos de superfície de vários terrenos de que a Empresa é titular.

5.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício no Valor Bruto

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os movimentos do valor bruto das imobilizações incorpóreas foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final	Saldo final
Outras imobilizações incorpóreas	2 207 950 489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2 207 950 489,93
Despesas de contituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prop.Indus.e Out.Dir.e Contratos	13 881 698 223,49	0,00	0,00	0,00	0,00	13 881 698 223,49
Total	**16 089 648 713,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16 089 648 713,42**

5.3 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Amortizações Acumuladas

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o movimento das amortizações acumuladas das imobilizações incorpóreas foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Transferências	Saldo final
Outras imobilizações incorpóreas	1 609 727 628,84	260 831 619,58	0,00	0,00	0,00	1 870 559 248,42
Despesas de contituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prop.Indus.e Out.Dir.e Contratos	3 272 904 760,82	204 718 935,85	0,00	0,00	0,00	3 477 623 696,67
Total	**4 882 632 389,66**	**465 550 555,43**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5 348 182 945,09**

6. Investimento em subsidiárias e associadas
6.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição do Investimento em subsidiárias e associadas era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Provisões	Valor líquido	Valor bruto	Provisões	Valor líquido
Subsidiarias:						
Partes de Capital	2 167 040 000,00	2 167 040 000,00	0,00	2 167 040 000,00	2 167 040 000,00	0,00

Winterfell Industries Limited	2 167 040 000,00	2 167 040 000,00	0,00	2 167 040 000,00	2 167 040 000,00	0,00
Total	**2 167 040 000,00**	**2 167 040 000,00**	**0,00**	**2 167 040 000,00**	**2 167 040 000,00**	**0,00**

Em 2023, procedeu-se à reclassificação para a rubrica de "Investimento em subsidiárias e associadas" do valor do investimento financeiro detido na Winterfell Industries Limited, correspondente a 20% do capital, o qual estava anteriormente apresentado na rubrica de "Outros activos financeiros" (Nota 7). Importa referir que, em face da alteração efectuada, não existem impactos ao nível da comparabilidade, na medida em que o investimento financeiro, apresentado no activo não corrente, já se encontrava integralmente provisionado. A Nota 37 das demonstrações financeiras inclui divulgações abrangente sobre a referida participação financeira, nomeadamente sobre a provisão constituída e eventuais responsabilidades fora de balanço.

6.2. Movimentos ocorridos durante o Período nas Provisões

Em 30 de Dezembro de 2025, não houve movimentos nesta rubrica.

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Outros Investimentos Financeiros	2 167 040 000,00	0,00	0,00	2 167 040 000,00
Total	**2 167 040 000,00**	**0,00**	**0,00**	**2 167 040 000,00**

7. Outros Activos Financeiros
7. 1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição dos Outros activos financeiros era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Provisões	Valor líquido	Valor bruto	Provisões	Valor líquido
Participação de Capital						
Socotang e B. Yanz	2 727 483,00	0,00	2 727 483,00	2 727 483,00	0,00	2 727 483,00
Probet	31 767 177,24	31 767 177,24	0,00	31 767 177,24	31 767 177,24	0,00
Westcor	8 410 100,00	0,00	8 410 100,00	8 410 100,00	0,00	8 410 100,00
Winterfell Industries Limited	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações do Tesouro	25 062 700 000,00	0,00	25 062 700 000,00	3 067 961 760,00	0,00	3 067 961 760,00
Outros Investimentos Financeiros	26 862 041,00	26 862 041,00	0,00	26 862 041,00	26 862 041,00	0,00
Total	**25 132 466 801,24**	**58 629 218,24**	**25 073 837 583,00**	**3 137 728 561,24**	**58 629 218,24**	**3 079 099 343,00**

7.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício, no Valor Bruto dos Outros Activos Financeiros

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o movimento no Valor Bruto dos Outros Activos Financeiros foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferência (Nota 6)	Saldo final
Participação de Capital					
Socotang e B. Yanz	2 727 483,00	0,00	0,00	0,00	2 727 483,00
Probet	31 767 177,24	0,00	0,00	0,00	31 767 177,24
Westcor	8 410 100,00	0,00	0,00	0,00	8 410 100,00
Winterfell Industries Limited	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações					0,00
Obrigações do Tesouro	3 067 961 760,00	22 000 000 000,00	5 261 760,00		25 062 700 000,00
Outros Investimentos Financeiros	26 862 041,00	0,00	0,00	0,00	26 862 041,00
Total	**3 137 728 561,24**	**22 000 000 000,00**	**5 261 760,00**	**0,00**	**25 132 466 801,24**

Correctora	Isin	Maturidade	Qtd OT	136	Valor Unit	Valor Nominal	Valor Mercado
AUREA	AOUGDOJM22A2	10/03/2028	320	19,50%	116 000,00	32 000 000,00	37 120 000,00
CAPITAL MARKET	AOUGDOHN24E2	15/11/2028	2775000	16,75%	1 000,00	2 573 734 935,39	2 775 000 000,00
CAPITAL MARKET	AOUGDOHS24E1	15/09/2028	10 999 000	16,75%	1 000,00	10 201 265 064,61	10 999 000 000,00
LUCRUM	AOUGDOHM22A6	12/03/2026	6 400	18,50%	100 000,00	640 000 000,00	640 000 000,00
LUCRUM	AOUGDOJM22A2	10/03/2028	2 135	19,50%	100 000,00	213 500 000,00	213 500 000,00
LUCRUM	AOUGDOLA22A3	07/04/2030	7 772	20,00%	100 000,00	777 200 000,00	777 200 000,00
PRIME SOLUTIONS	AOUGDOHN24E2	15/11/2028	8 225 000	16,75%	1 000,00	10 605 658 373,79	8 225 000 000,00
PRIME SOLUTIONS	AOUGDOHS24E1	15/09/2028	1 000	16,75%	1 000,00	1 289 441,75	1 000 000,00
PRIME SOLUTIONS	AOUGDOLA22A3	07/04/2030	14 000	20,00%	100 000,00	18 052 184,47	1 400 000 000,00
Total			22 030 627			25 062 700 000,00	25 067 820 000,00

O aumento do valor verificado está relacionado com a realização do capital social via emissão de Obrigações do Tesouro na ordem de 22 Mil Milhões de Kwanzas.

7.3. Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2025, não houve movimento na rubrica.

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (Nota 33)	Diminuições (Nota 33)	Saldo final
Participação de Capital - Probet	31 767 177,24	0,00	0,00	31 767 177,24
Outros Investimentos Financeiros	26 862 041,00	0,00	0,00	26 862 041,00
Total	**58 629 218,24**	**0,00**	**0,00**	**58 629 218,24**

8. Existências

8.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição das Existências era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido
Mat.-primas de consumo	4 696 797 621,35	171 872 613,80	4 524 925 007,55	5 155 157 241,79	314 557 147,18	4 840 600 094,61
Mat.-primas, Mat. em Trânsito	7 086 496,17	7 086 496,17	0,00	7 086 496,17	7 086 496,17	0,00
Total	4 703 884 117,52	178 959 109,97	4 524 925 007,55	5 162 243 737,96	321 643 643,35	4 840 600 094,61

As existências, cujo saldo revela uma diminuição de 6,52% face a 31 de Dezembro de 2024, incluem essencialmente, materiais de consumo a serem utilizados em obras de manutenção ou de expansão da rede de distribuição eléctrica da Empresa.

8.2. Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o movimento nas provisões para depreciação de existências, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (Nota 33)	Diminuições (Nota 33)	Saldo final
Matérias-primas, Subsidiárias e de consumo	314 557 147,18	83 474 789,21	226 159 322,59	171 872 613,80
Mat. Em Trânsito	7 086 496,17	0,00	0,00	7 086 496,17
Total	**321 643 643,35**	**83 474 789,21**	**226 159 322,59**	**178 959 109,97**

9. Outros Activos Não Correntes e Contas a Receber

9.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a composição das Contas a Receber e dos Outros Activos não Correntes, era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes - Correntes						
Valor Nominal	381 419 501 428,04	0,00	381 419 501 428,04	326 557 980 549,84	0,00	326 557 980 549,84
Actualização Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Credores Clientes não alocados	-9 603 226 525,64	0,00	-9 603 226 525,64	-8 206 864 862,92	0,00	-8 206 864 862,92
Subtotal	**371 816 274 902,40**	**0,00**	**371 816 274 902,40**	**318 351 115 686,92**	**0,00**	**318 351 115 686,92**
Contas Transitórias						
Participantes e Participadas	69 883 889 159,57	0,00	69 883 889 159,57	92 913 401 991,57	0,00	92 913 401 991,57
Outros Valores a Receber	876 178 752,59	0,00	876 178 752,59	616 994 770,61	0,00	616 994 770,61
Subtotal	**70 760 067 912,16**	**0,00**	**70 760 067 912,16**	**93 530 396 762,18**	**0,00**	**93 530 396 762,18**
Fornecedores Saldos Devedores	10 570 282 208,40	0,00	10 570 282 208,40	4 130 367 205,13	0,00	4 130 367 205,13
Estado	52 968 854 304,60	0,00	52 968 854 304,60	49 181 586 976,74	0,00	49 181 586 976,74
Pessoal	3 442 813 909,06	0,00	3 442 813 909,06	3 475 751 065,50	0,00	3 475 751 065,50
Devedores Imobilizado Corpóreo	101 636 439 144,15	0,00	101 636 439 144,15	62 033 686 418,26	0,00	62 033 686 418,26
Devedores de Venda de Imobilizado	24 024 517,13	0,00	24 024 517,13	17 856 994,32	0,00	17 856 994,32
Outros Devedores	1 936 167 531,81	0,00	1 936 167 531,81	1 993 419 290,42	0,00	1 993 419 290,42
Valor Nominal	**613 154 924 429,71**	**0,00**	**170 578 581 615,15**	**120 832 667 950,37**	**0,00**	**532 714 180 399,47**
Provisões Para Cobrança Duvidosa	-226 250 392 765,78	0,00	-226 250 392 765,78	-258 127 759 942,82	0,00	-258 127 759 942,82
Provisões - Estado (Saldos Devedores)	-48 336 678 467,75	0,00	-48 336 678 467,75	-48 336 678 467,75	0,00	-48 336 678 467,75
Subtotal Provisões	-274 587 071 233,53	0,00	-274 587 071 233,53	-306 464 438 410,57	0,00	-306 464 438 410,57
Total	**338 567 853 196,18**	**0,00**	**338 567 853 196,18**	**226 249 741 988,90**	**0,00**	**226 249 741 988,90**

9.2. Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2025, houve movimentos nesta rubrica em relação ao período anterior, como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Regularizações	Aumento (Nota 22)	Aumento (Nota 33)	Saldo final
Clientes - Correntes	252 626 913 455,48		-32 685 533 945,07		219 941 379 510,41
Pessoal - Saldos Devedores	2 990 419 184,58	-36 876 682,90	188 644 740,26	-90 110 804,85	3 052 076 437,09
Estado - Saldos Devedores	48 336 678 467,75				48 336 678 467,75
Fornecedores Saldos Devedores	1 030 170 472,67	-63 230 219,44			966 940 253,23
Outros Saldos Devedores	1 480 256 830,09	-76 160 881,35	885 900 616,31		2 289 996 565,05
Total	**306 464 438 410,57**	**-176 267 783,69**	**-31 610 988 588,50**	**-90 110 804,85**	**274 587 071 233,53**

No decorrer do exercício de 2025, a Empresa procedeu à revisão da estimativa contabilística associada ao reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber, em conformidade com os critérios definidos na política contabilística descrita no ponto e) Contas a Receber e com o normativo contabilístico aplicável.

Esta revisão resultou de nova informação disponível à data de relato e não de correcção de erros, tendo sido reconhecida de forma prospectiva, com impacto positivo nas demonstrações de resultados no montante de Kz 32 685 536 012,85, decorrente da reversão das estimativas anteriormente registadas.

A revisão teve por base a actualização dos pressupostos utilizados na avaliação da recuperabilidade dos saldos, nomeadamente no âmbito do processo em curso de instalação de contadores pré-pagos. Este processo tem vindo a melhorar significativamente os níveis de cobrança, permitindo a recuperação automática de dívidas através da aplicação de uma taxa média de recuperação de 35% sobre cada recarga de energia, assegurando a amortização gradual dos saldos em dívida anteriormente associados ao sistema pós-pago.

Adicionalmente, no âmbito desta revisão, a Empresa passou a considerar como recuperáveis determinados saldos, designadamente dívidas de instituições públicas e créditos abrangidos por planos formais de pagamento, os quais evidenciam um risco de incobrabilidade reduzido.

Em resultado desta revisão e em linha com a avaliação efectuada à data do balanço, não foi reconhecida qualquer perda por imparidade no exercício de 2025, por se considerar que os saldos de contas a receber são, de forma global, recuperáveis.

A Empresa continuará a monitorizar de forma regular a recuperabilidade das contas a receber, procedendo ao reconhecimento de perdas por imparidade sempre que existam evidências objectivas de incobrabilidade ou alterações significativas nas circunstâncias subjacentes.

9.3. Estado

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a rubrica Estado, respeita essencialmente, ao saldo de Subsídio a Preços a receber, no montante de KZ 47 674 504 794,70.

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Liquidação Provisória Imposto Industrial	1 186 944 026,84	1 276 635 266,24
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 805 851 176,60	0,00
Subsídio à Preços	47 674 504 794,70	47 674 504 794,70
Outros	301 554 306,46	230 446 915,80
Total	**52 968 854 304,60**	**49 181 586 976,74**

O Conselho de Administração da ENDE, não obstante entender que subsiste um saldo a receber do IGAPE relativo a Subsídio a Preço no montante de KZ 47 674 504 794,70 (Nota 9.3), em virtude do referido direito não se encontrar confirmado à data de balanço, o órgão de gestão, baseando-se no princípio da prudência, associado ao histórico de recuperabilidade, entendeu reconhecer, no exercício de 2022, uma provisão para cobrança duvidosa. Assim, continuará a desenvolver as necessárias diligências no sentido de documentar a exigibilidade dos valores de subsídio a preço que figuram no balanço da Empresa, e desta forma assegurar a sua recuperabilidade.

9.4. Participantes e Participadas

O saldo a receber no valor de Kz 69 883 889 159,57, corresponde ao montante de capital subscrito e não realizado pelo accionista, o qual, através do seu representante IGAPE, manifestou a intenção de, tão logo exista disponibilidade financeira, proceder à sua realização.

No ano em referência, o capital subscrito foi realizado na ordem dos Kz 23 029 512 832,00, conforme os seguintes documentos: ofício N.0873/PCA/IGAPE/2025, Decreto Executivo n.º 390/25 e o Decreto Presidencial n.º 80/25.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Participantes e Participadas	92 913 401 991,57	0,00	23 029 512 832,00	69 883 889 159,57
Total	**92 913 401 991,57**	**0,00**	**23 029 512 832,00**	**69 883 889 159,57**

10. Disponibilidades

10.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a composição das Disponibilidades era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações do Tesouro	0,18	0,18
Bilhetes do Tesouro	0,00	0,00
Saldos em bancos	16 062 272 259,00	12 165 737 053,45
Caixa	573 045 669,11	78 505 778,84
Conta Transitória	122 460 885,23	607 100 416,07
Total	**16 757 778 813,52**	**12 851 343 248,54**

10.2. Composição dos saldos em banco

Rubrica	Moeda	Valor em Depósito	AKZ
Deposito à Prazo	AKZ	1 240 000 000,00	1 240 000 000,00
	USD	1 983 655,59	1 911 097 039,10
	EUR	8 772,98	9 953 735,38
	Subtotal		3 161 050 774,48
Deposito à Ordem	AKZ	11 747 645 832,24	11 747 645 832,24
	USD	1 039 309,19	1 001 293 130,59
	EUR	134 217,59	152 281 935,44
	Subtotal		12 901 220 898,26
Total			16 062 271 672,74

10.3 Restrições existentes

Rubrica	Penhores para garantia de passivos (valor líquido)	Outras restrições (valor líquido)
Saldos em bancos	1 498 419 132,93	1 498 419 132,93
SubTotal. Conta	1 498 419 132,93	1 498 419 132,93

Em 31 de março de 2025, a entidade contratou, junto do Banco Comercial Angolano (BCA), uma linha de financiamento no montante de KZ 3 700 000 000,00, com o objetivo de reforço da tesouraria.

Adicionalmente, foi igualmente contratado junto do BCA um novo financiamento no valor de KZ 5 900 000 000,00, o qual se encontra garantido por:
(i) um depósito a prazo no montante de USD 1.799.841,03 (equivalente a KZ 1 498 419 132,93, à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025); e
(ii) Obrigações do Tesouro (OT).

Paralelamente, foi contratada junto do Banco Angolano de Investimentos (BAI) uma linha de crédito no montante de KZ 1 300 000 000,00, com maturidade de seis meses, destinada

a suprir necessidades cíclicas de tesouraria. Esta linha encontra-se garantida por penhor de Obrigações do Tesouro identificadas como AOUGDOLA22A3, na quantidade de 1.920 títulos, valorizados ao preço de mercado de KZ 100 000,00 por unidade, com maturidade de quatro anos.

Em 4 de novembro de 2025, verificou-se um reforço do financiamento já existente junto do BCA, no montante de KZ 5 000 000 000,00. Este incremento foi garantido por penhor de títulos do tipo OTNR, com valor nominal de KZ 9 325 000 000,00 e maturidade até seis anos, correspondendo a um rácio de cobertura de aproximadamente 63,7% do valor do crédito concedido.

11. Outros Activos Correntes

11.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a composição dos Outros activos correntes era como segue:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos a Facturar (Juros)	954 894 326,56	186 777 871,66
Proveitos a Facturar (Vendas)	3 711 433 751,85	3 712 041 200,95
Encargos a Repartir por Exercícios Futuros	20 528 247,82	9 146 864,11
SubTotal Conta	**4 686 856 326,23**	**3 907 965 936,72**

Os proveitos a facturar (Vendas) respeitam, essencialmente, à especialização das vendas de energia pós pago reconhecidas em Dezembro de 2025, cuja facturação se realizará no início do exercício de 2026.

12. Capital

12.1. Composição e Movimentos no Exercício

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica do Capital.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	284 194 597 967,27	0,00	0,00	284 194 597 967,27
Acções/Quotas Próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**284 194 597 967,27**	**0,00**	**0,00**	**284 194 597 967,27**

O capital social da Empresa é integralmente detido pelo Estado Angolano. Conforme definido no artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 305/14, de 20 de Novembro, o capital estatutário da Empresa, realizado por segregação contabilística das extintas ENE e EDEL é de KZ 22 322 259 413,31, sendo o restante capital próprio constituído por outros fundos próprios no valor de KZ 261 872 338 554,12.

À data de 31 de Dezembro de 2025, conforme divulgado na Nota 9.1, a rubrica Participantes e Participadas, evidencia o montante do capital subscrito e não realizado, o qual ascende a KZ 69 883 889 159,57.

O capital estatutário pode ser reforçado com dotações do Estado, por meio de incorporação de reservas ou de outros fundos próprios, mediante prévia autorização do Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público e do Ministro responsável pelo Sector da Actividade sob proposta do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor.

14. Resultados Transitados

14.1. Composição e Movimentos no Exercício

Em 31 de Dezembro de 2025, o movimento em Resultados Transitados foi como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Saldo inicial	-518 309 686 033,99	0,00	0,00	-518 309 686 033,99
Transf. dos resultados do exercício anterior	0,00	-109 859 501 416,94	0,00	-109 859 501 416,94
Aplicação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios de Reforma (a)	0,00	0,00	0,00	0,00
Erros fundamentais (b)	0,00	0,00	0,00	0,00
Discriminar	**-518 309 686 033,99**	**-109 859 501 416,94**	**0,00**	**-628 169 187 450,93**

15. Empréstimos Corrente e Não Corrente

15.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025, a composição do empréstimo corrente era como se seguem:

Rubricas	31/12/2025			
	Corrente	Vencíveis até 5 anos	Vencíveis a mais de 5 anos	Total
Empréstimos Bancários	23 650 493 186,63	0,00	0,00	23 650 493 186,63
Empréstimos Por Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Por Título de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**23 650 493 186,63**	**0,00**	**0,00**	**23 650 493 186,63**

Em 2024, foi registado um empréstimo sob a forma de Conta Corrente Caucionada, no valor de Kz 3 700 000 000,00, equivalente em USD 4 500 000,00, para aquisição de equipamentos informáticos, conforme Despacho Presidencial n.º 256/23, de 25 de outubro.

Adicionalmente, no decorrer do I Trimestre de 2025, a empresa contraiu novo empréstimo nas mesmas condições no montante de Kz 3 700 000 000,00, junto do

Banco Comercial Angolano, S.A., cuja garantia consiste no Penhor de 6 925 000,00 unidades de OTNR.

No II Trimestre, a empresa registou um novo empréstimo, sob a forma de Conta Corrente Caucionada, no montante de KZ 5 900 000 000,00, junto do Banco de Fomento Angola e Banco Comercial Angolano, S.A., no montante de KZ 3 700 000 000,00.

No III Trimestre a empresa contraiu um novo empréstimo, ainda em forma de Conta Corrente Caucionada, junto ao Banco de Fomento Angola, no montante de KZ 2 200 000 000,00 e um empréstimo no Banco de Investimento Angolano no valor de Kz 1 300 000 000,00.

No IV Trimestre a empresa contraiu três empréstimos, sob a forma de Conta Corrente Caucionada no BFA no montante de Kz 6 230 666 996,35 e um empréstimo, sob a forma de Conta Corrente Caucionada no montante de Kz 5 000 000 000,00, junto do Banco Comercial Angolano.

15.2. Movimentos ocorrido no período

Em 31 de Dezembro de 2025, o movimento na rubrica de empréstimos era como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Empréstimos Bancários	3 600 000 000,00	23 530 666 996,35	3 480 173 809,72	23 650 493 186,63
Empréstimos Por Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Por Titulo de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**3 600 000 000,00**	**23 530 666 996,35**	**3 480 173 809,72**	**23 650 493 186,63**

17. Provisões para Pensões
17.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição da rubrica de Provisões para pensões era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para Pensões	50 598 317 861,77	50 416 945 900,60
Total	**50 598 317 861,77**	**50 416 945 900,60**

Em 2022 e 2023, o Conselho de Administração promoveu, em articulação com a entidade gestora do Fundo de Pensões da Empresa, o qual se encontra sob a gestão actual do Económico Fundos Pensões – Sociedade Gestora Fundos de Pensões, SA,

o alargamento do universo de participantes aderentes aos benefícios de pós-emprego.

Assim, por referência a 31 de Dezembro de 2025, e em consistência com o ano anterior, foi obtido um relatório actuarial, preparado por perito independente, o qual evidencia responsabilidades por pensões no valor de KZ 62 237 218 353,00 (2024: KZ 54 087 919 306,25), às quais se deduzem activos do fundo no valor de KZ 5 775 530 735,00 (2024: KZ 5 627 811 110,67).

Importa referir que, conforme evidenciado na Nota 17.2, as responsabilidades por pensões encontram-se subfinanciadas, tendo o Conselho de Administração, através de acordo firmado com a Entidade Gestora, celebrado em 17 de Novembro de 2022, assumindo o compromisso da realização de contribuições anuais, durante um período de 20 anos, no montante de KZ 1 871 267 722,18 e da realização de contribuições extraordinárias para o Fundo de Pensões no montante de KZ 4 000 000 000,00. Em 2025, não obstante a efectivação da contribuição extraordinária no montante total, a Empresa não liquidou as contribuições anuais previstas no acordo para os exercícios de 2022. 2023 e 2024 cujo montante ascendeu a KZ 5 613 803 166,54.

17.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2025, o movimento na rubrica de Provisões para Pensões era como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Resultados Transitados (Nota 14)	Custo dos juros (Nota 28)	Custo dos serviços correntes (Nota 28)	Contribuições para o Fundo	Saldo Final
Provisões para Pensões	50 416 945 900,60	0,00	2 103 016 569,66	73 384 302,96	-1 995 028 911,45	50 598 317 861,77
Total	**50 416 945 900,60**	**0,00**	**2 103 016 569,66**	**73 384 302,96**	**-1 995 028 911,45**	**50 598 317 861,77**

Responsabilidades por Pensões

O estudo actuarial em 31 de Dezembro de 2025, inclui as responsabilidades com complementos de reforma para pensões (benefícios definidos) relativas aos reformados, pensionistas e colaboradores provenientes das extintas ENE e EDEL, assim como colaboradores que firmaram vínculo contratual com a ENDE.

O estudo utilizou a metodologia denominada por Projected Unit Credit, cujo principais pressupostos e bases técnicas actuariais foram os seguintes:

Descrição	Cenário de Contabilização	Cenário de Mínimo de Financiamento (Decreto Executivo n.º 16/03, de 21 de fevereiro)
Tábua de Mortalidade	PF 6064	ANGV-2020P

Idade Normal de Reforma	60 Anos	60 Anos
Taxa de Desconto	7,00%	7,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,00%	1,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Taxa de retroatividade	Não Considerada	Não Considerada

Os resultados da avaliação actuarial dos benefícios da população abrangida no Fundo, de acordo com os pressupostos acima referidos, são os seguintes:

#	Natureza	Cenário de Contabilização		Cenário de Mínimo de Financiamento	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
1	**Responsabilidade no início do período**	**55 062 325 266,00**	**43 134 658 306,58**	**0,00**	**31 904 342 997,17**
2	Custos dos serviços correntes	1 059 865 673,00	990 528 667,00	0,00	732 991 213
3	Custos dos juros	3 803 727 431,00	3 019 426 081,00	0,00	2 201 964 769
4	Contribuições dos participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Alterações	0,00	0,00	0,00	0,00
6	(Ganhos)/perdas actuariais	3 758 023 902,00	8 813 119 082,00	0,00	6 407 430 700,00
7	Benefícios Pagos	-1 446 723 919,00	-895 406 870,00	0,00	-895 406 870
8	Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Alterações no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Cortes no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
12	**Responsabilidade no final do período**	**62 237 218 353,00**	**55 062 325 265,67**	**0,00**	**40 351 322 809,51**

Natureza	Cenário de Contabilização	Cenário de Mínimo de Financiamento
REFORMA POR VELHICE		
Massa Salarial Anual (MS)	**19 603 198 558,00**	**19 603 198 558,00**
a) Custo das Responsabilidades por Serviços Passados (RSP)	29 826 044 698,22	26 736 877 562,25
b) Custos Normal (Contribuição Anual)	1 935 676 309,27	1 727 288 276,34
Total Activos	**31 761 721 007,49**	**28 464 165 838,59**
REFORMA ANTECIPADA		
c) Custo das Responsabilidades por Serviços Passados (RSP)	18 766 561 494,78	15 670 987 922,47
d) Custos Normal (Contribuição Anual)	904 799 608,05	755 990 566,13
Total Activos	**19 671 361 102,83**	**16 426 978 488,60**
REFORMADOS		
e) Custo das Responsabilidades com as Pensões em Pagamento	13 644 612 160,32	11 680 053 821,53
Total Reformados	**13 644 612 160,32**	**11 680 053 821,53**
Total de Responsabilidades	**62 237 218 353,32**	**54 087 919 306,25**
Valor do Fundo[2]		
Valor do Fundo pertencente a ENDE	**5 775 530 734,93**	**5775530735**
Nível de Financiamentos das Responsabilidades	**9,30%**	**10,70%**
Custo Normal (% em função da MS)	**14,50%**	**12,70%**

[2]Refere-se à totalidade do património do fundo das três empresas do sector (PRODEL, RNT, ENDE).

Cobertura	Cenário de Contabilização	Cenário de Mínimo de Financiamento
Responsabilidade com as Pensões em Pagamento	42,3%	49,50%
Responsabilidade por Serviços Passados	11,90%	13,60%
Total	**9,30%**	**10,70%**

Referir que o quadro acima inclui, de forma supletiva, informação sobre o apuramento das responsabilidades considerando, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Decreto Executivo n.º 16/03, de 21 de fevereiro, do Ministério das Finanças, relativo às Normas de Funcionamento para as Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, da tábua de mortalidade ANGV-2020P, a qual constituí a referência mínima a considerar para efeitos legais.

Análise sensibilidade

Foram efectuadas análises de sensibilidade à taxa de desconto e taxas de crescimento salarial/crescimento de pensões, de forma a analisar o impacto da variação destes pressupostos no valor actual das responsabilidades por pensões e no valor actual das pensões em pagamento.

Os resultados de uma variação positiva de 100 p.b. nos pressupostos são apresentados nos quadros seguintes:

Alteração nos Pressupostos	Cenário de Contabilização	Var (%)
Tábua de Mortalidade - TV 88/90	54 497 912 636,84	10%
Aumento Taxa de Desconto em 100 bp	45 394 544 330,84	-8%
Diminuição da Taxa de Desconto em 100 b.p	53 923 268 532,11	9%
Aumento da Taxa de Crescimento de Salário em 100 b.p	54 936 201 711,62	11%
Diminuição da Taxa de Crescimento de Salário em 100 b.p	44 523 793 628,99	-10%

Alteração nos Pressupostos	Cenário de Contabilização	Var (%)
Tábua de Mortalidade - TV 88/90	15 504 502 968,13	13%
Aumento Taxa de Desconto em 100 bp	12 729 892 541,84	-7%
Diminuição da Taxa de Desconto em 100 b.p	14 817 514 408,91	8%
Aumento da Taxa de Crescimento de Salário em 100 b.p	14 800 816 206,79	8%
Diminuição da Taxa de Crescimento de Salário em 100 b.p	12 731 367 826,20	-7%

18. Provisões para Outros Riscos e Encargos
18.1. Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2025, a composição e movimentos ocorridos nas Provisões para outros riscos e encargos, é conforme segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Saldo Final
Provisões para Processos Judiciais	3 971 075 213,55	214 767 807,34	0,00	-83 620 000,00	4 102 223 020,89
Provisões para Outros Riscos e Encargos	22 171 463 388,70	663 035 402,77	0,00	0,00	22 834 498 791,47
Total	**26 142 538 602,25**	**877 803 210,11**	**0,00**	**-83 620 000,00**	**26 936 721 812,36**

19. Outros Passivos Não Correntes e Contas a Pagar
19.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a composição das Contas a pagar era como segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente (Vencíveis a mais de 5 anos)	Total	Corrente	Não corrente (Vencíveis a mais de 5 anos)	Total
Fornecedores - correntes	549 164 159 612,02	0,00	549 164 159 612,02	488 607 718 158,61	0,00	488 607 718 158,61
Fornecedores - títulos a pagar	5 385 436 114,80	0,00	5 385 436 114,80	8 203 827 299,80	0,00	8 203 827 299,80
Clientes - saldos credores	5 342 071 993,34	0,00	5 342 071 993,34	5 804 528 464,15	0,00	5 804 528 464,15
Adiantamentos de clientes	5 342 071 993,34	0,00	5 342 071 993,34	5 804 528 464,15	0,00	5 804 528 464,15
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado (a)	3 350 976 116,67	0,00	3 350 976 116,67	985 895 586,97	0,00	985 895 586,97
Participantes e participadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	1 431 911 416,49	0,00	1 431 911 416,49	1 032 338 593,62	0,00	1 032 338 593,62
Subsídio de Investimento	20 626 851 679,66	565 518 954 981,28	586 145 806 660,94	20 384 091 775,81	468 068 257 079,96	488 452 348 855,77
Credores - compra de imobilizado	122 886 118 508,95	0,00	122 886 118 508,95	81 838 375 567,81	0,00	81 838 375 567,81
Outros credores	13 380 217 771,34	0,00	13 380 217 771,34	16 188 963 011,72	0,00	16 188 963 011,72
Total	**721 567 743 213,27**	**565 518 954 981,28**	**1 287 086 698 194,55**	**623 045 738 458,49**	**468 068 257 079,96**	**1 091 113 995 538,45**

O saldo mais significativo incluído na rubrica de Contas a Pagar corresponde ao passivo corrente com a empresa pública denominada de Rede Nacional de Transporte, no total de KZ 532 058 280 071,15, o qual representa 97% do saldo total de fornecedores correntes.

A rubrica de subsídios ao investimento reflecte o diferimento do proveito a reconhecer que é gerado pelos investimentos realizados ao abrigo dos programas de investimentos públicos – PIP, e que são transferidos gradualmente para resultados na mesma cadência das amortizações das respectivas imobilizações subsidiadas.

O movimento dos subsídios ao Investimento no exercício, foi como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Proveito do exercício	Saldo Final
Subsídios ao Investimento	488 452 348 855,77	118 320 309 484,83	-20 626 851 679,66	586 145 806 660,94
Total	**488 452 348 855,77**	**118 320 309 484,83**	**-20 626 851 679,66**	**586 145 806 660,94**

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a composição da conta a pagar ao Estado era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre os Lucros	0,00	0,00
Imposto Industrial	0,00	0,00
Retenção na fonte	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento de Trabalho	948 653 358,72	593 229 829,08
Imposto de Produção e Consumo	66 127 262,04	66 127 262,04
Imposto Predial	2 041 711,33	3 804 734,00
Imposto de Selo	0,00	0,00

Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	60 408 657,81
Segurança Social	614 024 614,02	417 180 215,94
Outros Impostos	1 720 129 170,56	-154 855 111,90
	3 350 976 116,67	**985 895 586,97**

21. Outros Passivos Correntes
21.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição da rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos a Repartir por Exercícios Futuros		
Venda de Electricidade	1 690 906 603,37	486 383 102,84
	1 690 906 603,37	486 383 102,84
Encargos a Pagar		
Remunerações	4 610 694 603,36	4 998 832 126,68
Energia	2 945 113 001,64	3 552 196 936,09
Outros	10 513 644 058,43	9 298 150 782,64
	18 069 451 663,43	17 849 179 845,41
	19 760 358 266,80	**18 335 562 948,25**

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

22. Vendas
22.1. Composição das Vendas por Mercados

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição desta rubrica por natureza era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno:		
Vendas de Energia	**172 868 716 234,56**	**145 186 551 688,66**
Vendas de Energia Pós-Pago	145 439 995 486,42	123 360 228 249,41
Vendas de Energia Pré-Pago	27 248 124 193,07	21 609 688 660,20
Venda de material eléctrico	**180 596 555,07**	**216 634 779,05**
Actualização financeira	**0,00**	**0,00**
Cobranças duvidosas	**32 685 536 012,85**	**-49 383 000 509,53**
Total	**205 554 252 247,41**	**95 803 551 179,13**

As vendas englobam essencialmente, proveitos gerados com a venda de energia eléctrica, decorrentes da actividade principal, totalmente realizadas no mercado interno e reflectem o valor facturado no período aos seus clientes, de 13 064 100 533 kWh, num universo de 2 238 270, no final do mês de Dezembro de 2025.

O Conselho de Administração da Empresa optou em adoptar os ponderadores mais optimistas de acordo a realidade actual da empresa tendo em conta a melhoria

registada nas cobranças com a instalação de contadores pré-pagos. Como resultado, registou-se uma reversão de provisões no montante de Kz 32 685 536 012,85.

Neste contexto, e para efeitos de preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração considera que do total de proveitos devem ser acrescidos o montante de provisões revertidas, conforme evidenciado acima.

23. Prestação de Serviços

23.1. Composição das Prestações de Serviços por Mercados

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição desta rubrica por mercado e natureza era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno		
Outros - Taxa de Potência (Pós-Pago)	8 595 533 766,97	7 775 895 775,86
Aluguer de contador (Pré-Pago)	5 114 544 932,10	3 386 251 933,18
Serviços prestados a Clientes	431 475 502,85	651 528 961,19
Total	**14 141 554 201,92**	**11 813 676 670,23**

Os serviços prestados a clientes incluem os encargos de contratação, serviços de religação, movimentação de armários, de remoção de postes na via pública e desvio de cabos, entre outros.

24 Outros Proveitos Operacionais

24.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Subsídio a Investimentos (Nota 19)	20 626 851 679,66	20 384 091 775,81
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	84 706 553,95	123 101 805,90
Total	**20 711 558 233,61**	**20 507 193 581,71**

27. Custo das Existências Vendidas e das Matérias-Primas Subsidiárias e Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2025, o Custo das Existências Vendidas foi determinado como segue:

Rubricas	Existências iniciais	Compras	Existências finais	Custo do Ano
Mercadorias (Electricidade)	0,00	123 313 823 581,36	0,00	**123 313 823 581,36**
Total	**0,00**	**123 313 823 581,36**	**0,00**	**123 313 823 581,36**

O custo das existências vendidas refere-se a compra de electricidade para venda, ao principal fornecedor de energia (Rede Nacional de Transporte de Electricidade, RNT -E.P.).

28. Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos Orgãos Sociais	1 331 557 421,02	870 697 899,08
Remunerações do Pessoal	48 183 169 570,26	42 793 747 321,70
Pensões (Nota 17)	2 176 400 872,62	1 977 383 738,43
Encargo sobre as remunerações	3 832 105 184,21	3 025 694 541,27
Outras remunerações	3 566 067 609,68	3 066 504 608,44
Total	**59 089 300 657,79**	**51 734 028 108,92**
Número de Trabalhadores	4 942	4 968

Em 31 de Dezembro de 2025, a conta de custos com o pessoal registou o valor de KZ 59 089 300 657,79 para um universo de 4 942 trabalhadores. O peso desta rubrica representa 25% do valor total dos custos operacionais, registando um aumento na ordem de 14% em relação ao período homólogo, relacionado a actualização das bandas salariais devido a promoção e progressão nas carreiras e ao aumento da base salarial por admissão de novos funcionários.

29. Amortizações

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizações corpóreas (Nota 4)	29 761 795 665,36	30 499 836 732,88
Imobilizações incorpóreas (Nota 5)	465 550 555,43	375 552 112,21
Total	**30 227 346 220,79**	**30 875 388 845,09**

As amortizações do exercício decresceram a KZ 648 042 624,30 com um peso de 13% do valor total dos custos operacionais, registando uma diminuição de 2% em relação ao período homólogo.

30. Outros Custos e Perdas Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	**3 058 113 110,97**	**2 870 818 931,26**
Fornecimentos e Serviços de terceiros	**18 613 706 001,26**	**25 041 465 838,50**
Conservação e Reparação	4 992 844 653,19	10 251 144 643,71

Vigilância e Segurança	3 461 009 728,45	2 745 410 872,54
Honorários e Avenças	187 128 454,15	559 854 996,22
Auto-Consumo (Electricidade)	201 241 736,21	174 101 339,98
Comunicação	1 394 481 176,74	1 430 168 556,29
Higiene, Limpeza e Conforto	1 502 896 411,79	1 592 804 092,42
Material de Escritório	784 622 178,44	984 912 624,15
Despesas de Representação	88 932 543,33	84 729 181,15
Publicidade e Propaganda	55 849 193,87	55 392 227,21
Assistência Técnica	2 520 265 076,15	4 176 277 677,31
Rendas e Alugueres	381 192 386,26	530 053 272,19
Deslocações e Estadias	588 339 259,77	724 300 055,76
Ferramenta e Utensílios de desgaste rápido	37 511 130,88	56 367 604,44
Seguros	721 035 432,54	163 763 360,85
Trabalhos Executados no Exterior	1 012 459 202,57	497 536 331,98
Livro e Documentação Técnica	6 768 834,00	2 737 139,78
Contencioso e Notariado	3 199 537,66	391 900,00
Outros Serviços	673 929 065,26	1 011 519 962,04
Impostos	**637 340 624,41**	**1 605 560 484,64**
Despesas confidenciais	**0,00**	**0,00**
Quotizações	**19 188 183,04**	**22 523 103,20**
Outros Custos e Perdas Operacionais	**0,00**	**0,00**
Total	**22 328 347 919,68**	**29 540 368 357,60**

A composição da conta de Subcontratos era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Agenciamento Comercial	2 321 849 467,80	2 197 038 351,99
Empreitadas e Serviços	663 502 583,17	673 780 579,27
Outros Contratos	72 761 060,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	**3 058 113 110,97**	**2 870 818 931,26**

A composição dos Impostos era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Selo	136 541 472,74	42 356 826,70
Imposto Predial	40 374 588,44	39 911 034,10
Outros Impostos	460 424 563,23	1 523 292 623,84
Total	**637 340 624,41**	**1 605 560 484,64**

31. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição dos resultados financeiros era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos e Ganhos Financeiros	**19 054 179 081,49**	**9 421 121 125,51**
Juros	**3 788 165 893,51**	**1 520 449 758,46**
Investimentos Financeiros	3 788 165 893,51	992 247 976,02
Depósitos à Prazo	0,00	528 201 782,44
Ganhos na Alienação de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Diferenças de Câmbio Favoráveis	**14 915 579 738,29**	**7 646 478 435,49**
Realizadas	82 721 212,53	43 785 963,82
Não Realizadas	14 832 858 525,76	7 602 692 471,67
Rendimentos de Investimentos em Imóveis	122 244 875,80	133 316 045,80
Outros	228 188 573,89	120 876 885,76
Custos e Perdas Financeiras	**18 255 194 969,63**	**9 815 059 568,69**
Juros	1 968 082 112,57	733 932 713,97
Perdas na alienação de aplicações financeiras	0,00	296 856,38
Diferenças de Câmbios Desfavoráveis	**15 451 319 488,70**	**8 566 311 836,99**
Realizadas	3 353 890 458,02	3 312 839 209,46
Não Realizadas	12 097 429 030,68	5 253 472 627,53
Serviços Bancários	807 117 827,80	389 250 670,11
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	119 448 711,24
Outros	28 675 540,56	5 818 780,00
SubTotal Conta	**798 984 111,86**	**-393 938 443,18**

O resultado desta rubrica é positivo em Kz 798 984 111,86 influenciado essencialmente pela actualização cambial da moeda nacional (Kwanza) face às moedas estrangeiras (EURO, USD).

33. Resultados Não Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição dos Resultados Não Operacionais era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos e Ganhos Não Operacionais	**8 621 826 744,82**	**6 162 926 277,93**
Reposição de Provisões	**352 996 673,19**	**632 452 680,21**
Existências (Nota 8.2)	226 159 322,59	156 238 537,46
Cobranças Duvidosas	126 837 350,60	1 637 075,00
Clientes Cobranças Duvidosas	0,00	*0,00*
Fornecedores - Saldos Devedores	61 452 079,00	*1 637 075,00*
Outros Saldos Devedores (Nota 9.2)	65 385 271,60	*0,00*
Outros Riscos e Encargos (Nota 18)	0,00	474 577 067,75
Ganhos em Imobilizados	250 000,00	5 772 012,50
Ganhos em Existências	395 471 453,63	162 341 994,08
Subsídio a Investimento	306 040 168,00	0,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	7 494 046 999,60	3 067 712 631,46
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	73 021 450,40	2 294 646 959,68
Custos e Perdas Não Operacionais	**7 156 762 506,44**	**13 271 925 720,25**
Provisões	**1 538 566 943,21**	**2 517 393 201,36**
Existências (Nota 8.2)	88 566 291,19	434 464 190,79
Cobranças Duvidosas	1 235 232 844,68	1 538 860 324,85
Clientes Cobranças Duvidosas	0,00	*0,00*
Saldos Devedores (Nota 9.2)	349 332 228,37	*1 538 860 324,85*
Outros Saldos a Receber	885 900 616,31	*0,00*
Outros Riscos e Encargos (Nota 18)	214 767 807,34	544 068 685,72
Perdas em Imobilizados	0,00	45 833,33
Perdas de Existências (Quebras)	327 459 311,93	81 244 554,82
Multas e Penalidades Contratuais	4 645 246,00	2 547 723 806,23
Correcções relativas a exercícios anteriores	4 978 866 911,49	7 539 618 655,45
Outros Custos e Perdas Não Operacionais	307 224 093,81	585 899 669,06
SubTotal Conta	**1 465 064 238,38**	**-7 108 999 442,32**

O resultado positivo de KZ 1 465 064 238,38 é influenciado pela regularização de saldos de fornecedores, resultante do processo de reversão de ajustamentos de exercícios anteriores..

34. Resultados Extraordinários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição da rubrica, era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos e Ganhos Extraordinários	**626 750,00**	**346 583,00**
Sinistros	626 750,00	346 583,00
Custos e Perdas Extraordinárias	**0,00**	**0,00**
Sinistros	0,00	0,00
SubTotal Conta	626 750,00	346 583,00

35. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a estimativa do Imposto sobre o Rendimento foi apurada como segue:

Rubricas	2025	2024
Resultado Contabilístico	**7 713 221 403,56**	**-109 859 501 416,94**
Correcções Para Efeitos Fiscais		
A somar	**64 686 652 722,41**	**70 830 251 454,64**
Custos e Perdas não aceites para efeitos fiscais		
Amortizações excessivas (art. 40º) CII	0,00	0,00
Provisões excessivas (art. 45º) CII*	1 268 535 743,21	51 356 325 025,17
Impostos indevidos (art. 18º) CII	90 091 132,36	79 791 433,50
Multas fiscais (art.18º) CII	4 645 246,00	2 547 723 806,23
Indemnizações pagas com custo assegurável (art.18º) CII	61 736 349,08	42 276 943,12
Custos de Conservação e Reparação de Rendas (art.18º) CII	0,00	0,00
Existências (art. 20º) CII	0,00	0,00
IVA não dedutível	0,00	1 160 783 247,88
Custo Indevidamente Documentado (art.17º) CII	0,00	368 606,68
Donativos excedentes aos previstos no artigo (19º CII)	167 157 325,11	51 478 435,39
Despesas não aceite para existências (art. 21º CII)	327 459 311,93	81 244 554,82
Correcções de exercícios anteriores	4 639 094 447,29	7 533 213 956,35
Despesas de representação	1 425 312 063,58	91 010 744,15
Despesas não especificadas	2 412 476 795,35	2 141 394 103,36
Custos com assistência social (art. 15 CII)	54 447 796,87	219 500 992,59
Outros acréscimos (art. 25º e 40º) CII	368 389 772,39	271 666 977,87
Diferenças de câmbio não realizadas desfavoráveis	12 097 429 030,68	5 253 472 627,53
A deduzir	**-18 888 530 884,37**	**-9 488 240 974,36**
Proveitos sujeitos a IAC (art. 47º) CII	-3 788 165 893,51	-1 475 610 103,03
Rendimentos de Investimentos em Imóveis (sujeitos a IPU)	-267 506 465,10	-253 699 862,20
Reversão de Provisões	0,00	-156 238 537,46
Diferenças de câmbio não realizadas favoráveis	-14 832 858 525,76	-7 602 692 471,67
Lucro Tributável	**10 316 153 469,46**	**-48 517 490 936,71**
Taxa nominal de imposto	**25%**	25%
Imposto sobre os lucros	**2 579 038 367,37**	**0,00**
Correcção exercicio anterior	0,00	0,00
Imposto sobre os lucros (Notas 19)	**0,00**	**0,00**

Exercício n-5	-34 825 695 412,83	-11 489 937 622,01
Exercício n-4	-43 339 480 794,58	-34 825 695 412,83
Exercício n-3	-40 867 577 331,09	-43 339 480 794,58
Exercício n-2	-54 361 223 880,78	-40 867 577 331,09
Exercício n-1	-48 517 490 936,71	-54 361 223 880,78

Apuramento da Materia Colectável	-210 170 002 822,95	-233 401 405 978,00

37. Contingências

37.1 Winterfell

Em 2021, o Conselho de Administração da ENDE entendeu reconhecer uma provisão sobre o valor dos interesses participativos detidos no capital da Winterfell Industries Limited ("Winterfell"), cujo custo de aquisição, no montante de KZ 2 167 040 000,00, advém do processo de realização do capital da Empresa à data da sua constituição, estando por tal incorporado no valor de capital divulgado na Nota 12.

Especificamente sobre a participação na Winterfell, importa referir que, no âmbito de um financiamento bancário, no valor de EUR 40 000 000,00, concedido à participada Winterfell pelas entidades bancárias Novo Banco, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., e Banco Comercial Português, S.A ("Bancos"), os Bancos, em 27 de Dezembro de 2021, instauraram contra a ENDE uma acção executiva no Tribunal da Comarca de Luanda, para o pagamento de EUR 27 708 120,32 (incluindo juros vencidos), com base nas livranças avalisadas pela ENDE. A ENDE, em articulação com os seus advogados, apresentou recurso do despacho de citação, em 26 de Maio de 2022, não dispondo o Conselho de Administração de informação subsequente sobre esta matéria.

O Conselho de Administração da ENDE, em articulação com a Tutela e a Sociedade de Advogados que a representa neste processo, tem vindo a adoptar as necessárias diligências tendentes à clarificação deste assunto e correspondente defesa dos seus interesses. Desta forma, não obstante a elevada incerteza e complexidade subjacente a este processo, o órgão de gestão entende, em consistência com o ano anterior, não reconhecer quaisquer responsabilidades no balanço relacionadas com esta matéria, na medida em que de acordo com o posicionamento/parecer dos seus advogados existem fundamentos relevantes para considerar que nada será exigido à ENDE.

40. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2025, a Empresa detém os seguintes saldos com entidades relacionadas:

Entidade do Grupo	Contas a Receber (Nota 9)	Outros Devedores (Nota 9)	Contas a Pagar (Nota 19)	Outros Passivos Correntes (Nota 21)
Ministério da Energia e Águas		99 339 941 280,33		0,00
IGAPE	69 883 889 159,57	0,00	0,00	0,00
Ministério das Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Nacional de Transporte de Electricidade	0,00	0,00	531 888 650 374,99	2 945 113 006,35
Total	**69 883 889 159,57**	**99 339 941 280,33**	**531 888 650 374,99**	**2 945 113 006,35**

Com a quais teve as seguintes transacções:

Entidade Relacionada	Transações			
	Subsídios a Preço	Subsídios ao Investimento	Compras	Reversões Regularizações
Ministério da Energia e Águas	0,00	26 343 636 288,00		0,00
IGAPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Nacional de Transporte de Electricidade	0,00	0,00	123 313 823 581,36	0,00
Total	**0,00**	**26 343 636 288,00**	**123 313 823 581,36**	**0,00**

42. Outras informações

1. Em maio de 2025, o **IRSEA** estabeleceu a **Receita Anual Requerida (RAR)** e as novas tarifas para o **Ciclo Tarifário 2025-2028** (Despachos n.º 3133/2025 e 3134/2025). Este marco representa a primeira aplicação integral do modelo baseado na RAR, visando assegurar a sustentabilidade económico-financeira das empresas do sector, incluindo a ENDE-EP, e promover a previsibilidade tarifária necessária à continuidade do serviço público.

O novo modelo prevê atualizações intercalares para ajustar as tarifas a variações de inflação, custos operacionais e procura de energia, garantindo o equilíbrio do **Sistema Elétrico Público (SEP)** e a capacidade de modernização das infraestruturas.

2. O Decreto Presidencial n.º 76/21, de 25 de Março, o qual aprova o novo Regulamento das Actividades de Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de Energia Eléctrica, estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica e aprova as Bases de Concessão de Produção, Transporte e Distribuição de Energia.

Especificamente sobre as actividades de distribuição e comercialização de energia, temos que:

- Distribuição: a distribuição de energia eléctrica será efectuada em regime de concessão ou de licença, quando respeitante a sistemas elétricos isolados, estando previsto a manutenção das actuais concessões, assim como a criação de novas áreas geográficas de distribuição, cuja exploração poderá ser atribuída através de Concessão;

- Comercialização: a actividade de comercialização de energia eléctrica a clientes finais é exercida mediante licença atribuída pelo Ministro da Energia e Águas. A licença de comercialização estabelece o âmbito geográfico da actuação e o tipo de clientes elegíveis, por escalão, tensão de ligação ou tipo de contagem. A atribuição da licença respeita um regime e processo específicos estabelecidos no Regulamento e tem um prazo de duração não superior a 20 (vinte) anos nem inferior a 5 (cinco) anos.

Havendo necessidade de se proceder à alteração do Regulamento do Tarifário com a introdução da metodologia da receita anual requerida, através do Decreto Presidencial n.º 178/20, de 25 de junho, que altera o Decreto Presidencial n.º 4/11 de 6 de Janeiro, que aprova o regulamento tarifário, o Estado Angolano definiu os níveis de receita para cada empresa da cadeia de valor do Sector Elétrico Público, de modo a garantir a sustentabilidade financeira do sector e, ao mesmo tempo, a sua operação eficiente e prosseguir com a implementação das melhores práticas regulatórias internacionais, dotando o regulador de atribuições na fixação e aprovação de metodologias e tarifas. Não obstante a este cenário desenhado, a sua aplicação ainda não é um facto.

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

43. Políticas Adoptadas

Para a determinação dos componentes de Caixa e seus equivalentes no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, foi adoptado o método directo, através da identificação dos itens de liquidez em todas as operações de caixa, mediante o qual foi possível espelhar os principais componentes dos recebimentos e pagamentos, permitindo compreender o modo como a empresa gerou e utilizou os seus fundos.

47. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a composição da rubrica, era como segue:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	**573 045 669,11**	**78 505 778,84**
Numerário	3 719 261,03	10 300 135,16
Valor a Depositar	569 326 408,07	68 205 643,68
Equivalentes de Caixa	**16 184 733 144,41**	**12 772 837 469,70**
Obrigações do Tesouro (maturidade < 1 Ano)	0,18	0,18
Deposito à Prazo	3 161 050 810,45	2 024 505 199,55
Deposito à Ordem	12 901 221 448,56	10 141 231 853,90
Valores em Trânsito	122 460 885,23	607 100 416,07
Total	**16 757 778 813,52**	**12 851 343 248,54**

A política adoptada na determinação dos componentes de caixa e seus equivalentes, destina-se a evidenciar os valores em Caixa e em Bancos, cujo total, constitui as disponibilidades constantes no Balanço à data de 31 de Dezembro de 2025.

Nas outras disponibilidades, estão incluídos os valores em trânsito à data do Balanço, que serão regularizados no exercício de 2026.

Luanda, 24 de Abril de 2026.

O Presidente do Conselho de Administração

Pedro Estevão Buca

A Directora de Finanças e Contabilidade

Nhadiri Pires Papa Fegado
(N.º da Ordem 20170231)

O Administrador para Administração e Finanças

Raimundo Maurício M. Santa Rosa

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da
Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade – E.P.

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade – E.P.,** ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 que evidencia um total de 1.071.771.221.242 Kwanzas e um total de capital próprio negativo de 336.261.368.080 Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 7.713.221.404 Kwanzas, as Demonstrações de resultados e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos.

2. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" as demonstrações financeiras referidas no parágrafo n.º 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade – E.P.** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Base para a opinião com reservas

3. Da nossa análise às rubricas de "imobilizações corpóreas" e "Imobilizações incorpóreas" cujos montantes em 31 de Dezembro de 2025, líquido de amortizações acumuladas ascende a 671.418.504.547 Kwanzas (2024: 583.498.686.570 Kwanzas) e 10.741.465.768 Kwanzas (2024: 11.207.016.324 Kwanzas), respectivamente, revelou as seguintes situações: (i) Conforme referido na nota 4, a Empresa tem em curso um processo de inventariação física e valorização do seu imobilizado com o objectivo de validar e actualizar a informação constante no cadastro de imobilizado. Dado que até à data deste relatório, este processo de inventariação ainda não foi totalmente concluído não nos é possível obter evidência suficiente e apropriada quanto à existência física, plenitude e/ou valorização do imobilizado registado nas Demonstrações Financeiras da Empresa; (ii) No decorrer do processo de auditoria não obtivemos informação suficiente e apropriada que nos permitisse concluir sobre correcto tratamento contabilístico e fiscal associado ao registo do imobilizado e respectivas provisões fiscais no montante de 16.208.173.125 Kwanzas; (iii) Consequentemente, para além dos saldos das rubricas de "Imobilizações corpóreas" e "Imobilizações incorpóreas", não nos é possível concluir sobre determinados saldos incluídos nas rubricas de "Contas a receber - Devedores - Imobilizado Corpóreo" (2025: 101.636.439.144 Kwanzas; 2024: 62.033.686.418 Kwanzas), Contas a pagar - Credores - Compra de imobilizado" (2025: 122.886.118.509 Kwanzas; 2024: 81.838.375.568 Kwanzas), "Outros passivos não correntes - Subsídios ao Investimento" (2025: 565.518.954.981 Kwanzas; 2024: 468.068.257.080 Kwanzas), "Outros passivos correntes - Subsídios de Investimento" (2025: 20.626.851.680 Kwanzas; 2024: 20.384.091.776 Kwanzas), "Outros Proveitos Operacionais - Subsidio a Investimentos" (2025: 20.626.851.680 Kwanzas; 2024: 20.384.091.776 Kwanzas), e "Amortizações" (2025: 30.227.346.221 Kwanzas; 2024: 30.875.388.845 Kwanzas), os quais, respectivamente, se encontram divulgados nas Notas 9,19, 24 e 29 das demonstrações financeiras.

4. Conforme mencionado na nota 17, em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Provisões para pensões" no montante de 50.598.317.862 Kwanzas (2024: 50.416.945.901 Kwanzas) está relacionada com responsabilidades de pensões com trabalhadores que transitaram da extinta ENE - EP, inclusão dos ex-trabalhadores da EDEL e da ENE que não pertenciam ao plano anterior e colaboradores já contratados na esfera ENDE. No decurso dos exercícios de 2025 e de 2024, a Empresa realizou um conjunto de reuniões com a Sociedade Gestora do fundo de pensões e com o Secretariado Executivo do Órgão do Fundo de Pensões dos trabalhadores da ENDE - EP, com o intuito de apurar a responsabilidade que a mesma detém juntos dos seus colaboradores, no entanto até à data de emissão do presente relatório, não obtivemos informação de suporte suficiente e apropriada que nos permitisse concluir quanto à razoabilidade do montante registado em provisões para fundo de pensões, pelo que não nos é possível concluir quanto ao efeito, se algum, deste assunto nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

5. Conforme divulgado na Nota 22 das demonstrações financeiras, os procedimentos de controlo interno vigentes não permitem assegurar a detecção e correcção de erros potencialmente materiais no que respeita à ocorrência, mensuração e corte de operações das transacções associadas às vendas de energia a clientes em regime de pós-pago, bem como às prestações de serviço relacionadas com taxas de potência, cujos montantes reconhecidos na demonstração de resultados ascendem a 187.152.538.701 Kwanzas (2024: 82.658.496.027 Kwanzas), liquido de ajustamentos que totalizam - 32.685.533.945 Kwanzas (2024: Kwanzas 49.383.000.510). Atendendo a que o Plano Geral de Contabilidade determina que o rédito não deve ser reconhecido quando existem incertezas sobre os benefícios económicos associados a uma transacção irão fluir para a Empresa, e dada a insuficiência dos controlos da Empresa associados à verificação desta condição, bem como da insuficiência da informação disponibilizada, não estamos em condições de concluir sobre os efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras, em particular naquilo que concerne às rubricas da demonstração de resultados anteriormente referidas, e aos saldos das rubricas de "Contas a receber - Clientes correntes" (2025: 371.816.274.902 Kwanzas; 2024: 318.351.115.687 Kwanzas), "Contas a receber - Clientes conta corrente - Provisão para cobranças duvidosas" (2025: 226.250.392.766 Kwanzas; 2024: 258.127.759.943 Kwanzas), "Outros activos correntes - Proveitos a facturar (Vendas)" (2025: 3.711.433.752 Kwanzas; 2024: 3.712.041.201 Kwanzas) e "Contas a pagar - Adiantamento de Clientes" (2025: 5.342.071.994 Kwanzas; 2024: 5.804.528.464 Kwanzas).

6. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

7. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 1 acima, chamamos atenção para os seguintes assuntos:
   i) As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apesar da Empresa apresentar capitais próprios negativos no montante de 336.261.368.080 Kwanzas (2024: 343.974.589.484 Kwanzas), o seu passivo corrente exceder o seu activo corrente em 400.441.181.323 Kwanzas (2024: 397.131.650.138 Kwanzas), e os resultados líquidos dos períodos anteriores serem negativos, sem considerar potenciais efeitos das matérias apresentadas nas "Bases para a opinião com reservas". Face ao exposto, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e liquidação dos seus passivos, dependem do sucesso futuro das suas operações e do adequado apoio financeiro do Estado Angolano enquanto accionista único;

ii) Conforme referido na Nota 9.2 às demonstrações financeiras anexas, com referência a 31 de Dezembro de 2025, o Conselho de Administração procedeu à alteração da estimativa associada a provisões de clientes. Consequentemente a Empresa registou uma reversão de provisão no montante líquido de Kz 32 685 536 013. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

9. O órgão de Gestão é responsável pela:
   - preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola;
   - elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
   - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
   - adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
   - avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

10. O Órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidade do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

11. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável em emitir uma opinião independente sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

12. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:
   - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
   - Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
   - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
   - Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas actividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os Administradores, incluindo o Conselho Fiscal, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

13. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Luanda, 24 de Abril de 2026

C&S – Assurance and Advisory, S.A.
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20180018 e na Comissão de Mercado de Capitais com o n.º 001/AE/CMC/02-19
Representada por:



Henrique Manuel Camões Serra
(Perito Contabilista n.º 20130167)

EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUICÃO DE ELECTRICIDADE-EP

CONSELHO FISCAL

Ao

Presidente do Conselho de Administração da

ENDE-EP

Pedro Estêvão Buca

LUANDA

Ref.: 08 /CF-ENDE/2025.

Assunto: Parecer ao Relatório de Gestão e Contas 2025.

Excelência,

Melhores Cumprimentos.

Submetemos por esta via o Parecer sobre as demonstrações financeiras da ENDE, EP referente ao exercício económico 2025, para os efeitos achados convenientes, nos termos da alínea d) do artigo 2.º Decreto Executivo n.º 42/01, de 06 de Julho, Que Aprova o Regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas.

Cientes de que o assunto merecerá a Vossa especial atenção, aproveitamos o ensejo para endereçar as nossas sinceras e cordiais saudações.

O CONSELHO FISCAL DA ENDE-EP, em Luanda, 27 de Abril de 2025.

O PCF

Rogério de Aragão

CONSELHO FISCAL

PARECER
EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025

I - INTRODUÇÃO

1.1 – Com base nas atribuições estabelecidas na Lei n.º 11/13, de 03 de Setembro, que aprova a Lei de Bases do Sector Empresarial Público, nos termos do artigo 36.º do Decreto Presidencial n.º 15/17, de 2 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Membros dos Órgãos de Gestão e de Fiscalização das Empresas Públicas e das Empresas com Domínio Público, no Decreto Executivo n.º 42/01, de 6 de Julho, que aprova o Regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas, do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 305/14, de 20 de Novembro, que cria a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, abreviadamente designada por ENDE, E.P, apresentamos o Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2025.

1.2 - O presente parecer resulta da apreciação técnico-financeira dos documentos remetidos pelo Conselho de Administração, bem como da avaliação dos princípios contabilísticos adoptados, da consistência da informação apresentada e da situação económico-financeira da Empresa.

II - RESPONSABILIDADE

2.1 - É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade - ENDE, E.P, a preparação e apresentação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras de forma apropriada e verdadeira, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxo de Caixas e as respectivas Notas às Contas.

2.2 - É responsabilidade do Conselho Fiscal, entre outras, a fiscalização da gestão da empresa e a elaboração anual de um relatório sobre a sua acção fiscalizadora, bem como a emissão de um parecer sobre o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração, em específico as demonstrações financeiras, para assegurar a necessária aplicabilidade e conformidade da política contabilística adoptada pela ENDE-EP, e o respectivo alinhamento com os princípios e normas contabilísticas contidas no Plano Geral de Contabilidade.

CONSELHO FISCAL

PARECER
EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025

III - SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

3.1 – Apreciamos as demonstrações financeiras da empresa, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, com um Activo Total de Kz 1 071 771 221 242,01, um Capital Próprio de Kz (336 261 368 080,10), incluindo um Resultado Líquido do exercício de Kz 7 713 221 403,56, reflectidos no Balanço e na Demonstração de Resultados naquela data, bem como nas Notas às Contas.

3.2 - O Conselho Fiscal apresenta o seu Parecer referente ao Relatório e Contas referente ao exercício económico de 2025, com realce para os seguintes aspectos:

i. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Mapa de Fluxos de Caixa em referência, evidenciam com clareza a situação financeira da ENDE, EP;

ii. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são os mais adequados;

iii. No exercício de 2025, a Empresa apresentou um crescimento significativo do seu volume de negócios, com proveitos operacionais de Kz 240 407 364 682,94, representando um aumento de cerca de 88% face a 2024 (Kz 128 124 421 431,07). Este desempenho foi impulsionado, essencialmente, pelas vendas de energia eléctrica, que atingiram Kz 205 554 252 247,41, evidenciando uma evolução expressiva;

iv. Os custos operacionais totalizaram Kz 234 958 818 379,62, apresentando um crescimento mais moderado de aproximadamente 2% face ao exercício anterior, o que permitiu à Empresa alcançar um resultado operacional positivo de Kz 5 448 546 303,32, comparativamente a um resultado operacional negativo de Kz 102 356 910 114,44 em 2024;

v. Apesar desta melhoria, a estrutura financeira da Empresa continua a revelar desequilíbrios significativos. O capital próprio mantém-se negativo em Kz 336 261 368 080,10, embora com uma ligeira melhoria face a 2024 (Kz -343 974 589 483,66), reflectindo ainda a acumulação

de resultados transitados negativos no montante de Kz 628 169 187 450,93;

vi. O activo total da Empresa cresceu 27%, passando de Kz 845 634 453 505,89 em 2024 para Kz 1 071 771 221 242,01 em 2025, impulsionado sobretudo pelo aumento das contas a receber, que ascenderam a Kz 338 567 853 196,18 (um crescimento de cerca de 50%);

vii. Relativamente às contas a receber, o seu crescimento resulta, em parte, da reversão de provisões no montante de Kz 32 685 536 012,85, associada à revisão das estimativas de recuperabilidade. Esta abordagem, embora suportada pela melhoria esperada nos níveis de cobrança, introduz um grau relevante de incerteza quanto à efectiva realização destes activos;

viii. Adicionalmente, a Empresa apresenta responsabilidades relevantes com pensões no montante de Kz 50 598 317 861,77, sendo que o fundo de pensões evidencia um nível de financiamento inferior a 10%, o que constitui um risco financeiro de médio e longo prazo.

IV - BASES PARA A EMISSÃO DO PARECER

4.1. Face ao exposto, e tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração da ENDE-EP, o Conselho Fiscal é de opinião que sejam aprovadas as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2025, por estarem de acordo às disposições legais, estatutárias e contabilísticas aplicáveis à empresa.

O CONSELHO FISCAL DA ENDE, E.P., em Luanda, 27 de Abril de 2025.

Pelo Conselho Fiscal,
Rogério de Aragão
(Presidente)

Telmo Alexandre
(Vogal)

Serafim Silveira
(Vogal)


EMPRESA NACIONAL DE
DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE - EP